

convergência

SET — 1986 — ANO XXI — Nº 195



- **O DIÁLOGO DEVE CONTINUAR PARA UMA COMUNHÃO AFETIVA E EFETIVA** — João Paulo II — página 387
- **A FORÇA PROFÉTICA DAS COMUNIDADES CRISTÃS PRIMITIVAS**
Frei Almir Ribeiro Guimarães, OFM — página 412
- **PESSOA E CULTURA MODERNA NA FORMAÇÃO PARA A VR HOJE**

CONVERGÊNCIA

Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável:

Ir. Claudino Falquetto, FMS

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12.679/78)

Equipe de Programação:

Pe. Ático Fassini, MS

Pe. Cleto Caliman, SDB

Ir. Delir Brunelli, PIDP

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar
20031 RIO DE JANEIRO — RJ

Assinaturas para 1986

Brasil, taxa única, terrestre ou aérea:

Até 30.04.1986	Cz\$ 170,00
Exterior: marítima	US\$ 38,00
aérea	US\$ 48,00
Número avulso	Cr\$ 17,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfica — 20911 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 — São Cristóvão — 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — Centro 25685 Petrópolis, RJ.

Nossa Capa

O Irmão Claudino Falquetto, FMS, Presidente Nacional da Conferência dos Religiosos do Brasil, lançou um concurso, em 1985, em todo o Brasil, para escolher o logotipo da CRB Nacional. Venceu o concurso o Arquiteto, Irmão Analino Zorzi, FSC, Religioso do Instituto dos Irmãos das

Escolas Cristãs, (Lassalistas), de Porto Alegre, RS. Aqui está a interpretação feita pelo Autor sobre a sua arte: "As três faixas representam os três votos que os religiosos professam. As faixas formam, visualmente, as mãos em oração, orientadas para cima, num sentido positivo, para o bem, para Deus. Ao mesmo tempo, uma faixa branca invade as mãos e as envolve: é o invisível mas presente SER que é Deus. A entrega, a oferenda do religioso e a aceitação e envolvimento de Deus estão expressos no conjunto do desenho. As mãos se encontram como os seres humanos se encontram em Deus. E é com suas mãos que os religiosos ajudam a transformar a realidade num mundo de justiça e fraternidade, servindo os homens, seus irmãos. Sugerimos a cor azul por lembrar o infinito de Deus e a eternidade do homem em Deus". Convergência vai publicar a arte do Irmão Analino Zorzi, FSC, em branco, vazado na cor, que varia em cada mês.

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL	385
O DIÁLOGO DEVE CONTINUAR PARA UMA COMUNHÃO AFETIVA E EFETIVA Mensagem do Papa	387
INFORME DA CRB	392
A FORÇA PROFÉTICA DAS COMUNIDADES CRISTÃS PRIMITIVAS Frei Almir R. Guimarães, OFM	412
OS RELIGIOSOS DO BRASIL NOS ÚLTIMOS 20 ANOS Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI	421
PESSOA E CULTURA MODERNA NA FORMAÇÃO PARA A VIDA RELIGIOSA HOJE Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ	442

EDITORIAL

A CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL acaba de realizar sua XIV Assembléia Geral Ordinária (AGO). Nela pôde assinalar e avaliar sinais e esperanças, desafios e problemas, pistas e luzes da longa e por vezes espinhosa caminhada que a Vida Religiosa vem fazendo, particularmente no Brasil.

O Concílio VATICANO II, oportunamente sublinhado pelo Sínodo Extraordinário dos Bispos, em 1985, desencadeou um imenso processo de renovação também na área da Vida Religiosa. Processo estimulado e inserido na realidade latino-americana por MEDELLÍN e PUEBLA.

No embalo dessa onda a CRB também navegou.

Surgida oito anos antes do início do Concílio, viu-se sacudida pelo vendaval desse "novo Pentecostes". Interpelada, respondeu aos apelos da Igreja. Questionada, corrigiu rotas de seu caminhar. Disponível ao Espírito, assumiu posturas à altura de sua missão de animar e promover a Vida Religiosa. Conheceu os esplendores do triunfalismo. Experimentou o amargor do pão das cinzas. Ressurgiu para servir. Exercendo um papel de mediação insubstituível junto aos Religiosos e Religiosas, realiza diuturnamente qualificado serviço de promoção, aprofundamento e

atualização da Vida Religiosa no Brasil.

A esse título cabe-lhe avaliar rumos ou descaminhos que a Vida Religiosa como um todo, percorre, prestando-lhe uma contribuição de inegável valia no sentido de vê-la sempre mais profética, evangélica, eclesial.

Eclesial enquanto, na comunhão e participação dialogal com as grandes orientações da CNBB, se põe sempre mais a serviço da Missão comum e maior da própria Igreja.

Evangélica, enquanto, fecundada pelo Espírito do Cristo Senhor, vive sempre mais do Projeto do Pai, assumido por Jesus de Nazaré.

Profética enquanto, entregue às mãos do Pai e livre na liberdade do Espírito, anuncia e pratica a Palavra que é o Filho, denunciando a contra-Palavra no meio dos homens.

Dessa PROFECIA é que a XIV AGO tratou, ao abordar o tema central "A dimensão profética da Vida Religiosa no Brasil". Os Superiores Maiores ali reunidos, puderam então verificar a vitalidade da Vida Religiosa no confronto com a realidade concreta em que vive nosso povo. Puderam acolher as expectativas que brotam do fundo poço do sofrimento em que o povo está jogado. E aco-

Iheram igualmente os balbucios do Espírito por uma Vida Religiosa sempre mais autêntica.

Possa a boa semente da XIV AGO da CRB germinar e frutificar centuplicadamente.

CONVERGÊNCIA apresenta:

— “A FORÇA PROFÉTICA DAS COMUNIDADES CRISTÃS PRIMITIVAS”, de Frei ALMIR RIBEIRO GUIMARÃES, OFM. O autor retoma o modelo primitivo das comunidades apostólicas em sua força profética de ser. “O desgaste do tempo e da rotina, o surgimento da esclerose em várias formas concretas da vida eclesial...” passaram a exigir a renovada contemplação desse modelo comunitário cristão.

— “OS RELGIOSOS NO BRASIL NOS ÚLTIMOS VINTE ANOS — Elementos para uma história da CRB (II)”, de Irmã MARIA CARMELITA DE FREITAS, FI, completa o estudo iniciado na CONVERGÊNCIA anterior. Aqui a autora capta as riquezas do VATICANO II. Delineia as coordenadas do contexto sócio-político do Brasil, e as tensões teológico-pastorais do novo contexto eclesial em que a Vida Religiosa se lançou na esteira do Concílio, de Medellín e Puebla, para uma adequada renovação. E aborda a história da CRB nesse

contexto, a grande crise institucional por que passou, seu ressurgimento, sua vitalidade, seu valor de apoio ao “aggiornamento” da Vida Religiosa no Brasil. A CRB agradece à Irmã MARIA CARMELITA o excelente resultado dessa pesquisa.

— “PESSOA E CULTURA MODERNA NA FORMAÇÃO PARA A VIDA RELIGIOSA HOJE — II) Alguns elementos estruturais da cultura moderna contemporânea”, de Pe. MARCELLO DE CARVALHO AZEVEDO, SJ. Na seqüência das reflexões de Pe. MARCELLO, apresentadas em CONVERGÊNCIAS anteriores, o autor aqui descreve alguns aspectos básicos que caracterizam a cultura moderna do mundo contemporâneo. Mundo marcadamente diferente daquele que nossos Fundadores conheceram. Competentemente Pe. MARCELLO faz o balanço do principal, entre os dois universos culturais. E percebe que, em nosso mundo, “a educação da fé e a formação cristã das distintas vocações, entre as quais a da Vida Religiosa, são um sério desafio”. O caminho “é ajudar a construir e crescer pessoas cristãmente livres, em plano individual e social, no contexto atual e prospectivo de Igreja e de Mundo”.

Pe. Atico Fassini, MS

Teologia = intellectus fidei, ou seja, busca de compreensão de todas as causas na luz do mistério de Deus e de sua comunicação com os homens.

O DIÁLOGO PRECISA CONTINUAR, DEVE CONTINUAR, PARA UMA COMUNHÃO AFETIVA E EFETIVA

João Paulo II

Roma, Itália

Discurso conclusivo do Santo Padre na reunião com os Bispos Brasileiros.

A fase conclusiva do encontro de Bispos brasileiros com o Santo Padre e alguns dos seus colaboradores da Cúria Romana, comportou duas reuniões no sábado, 15 de março. Neste último dia, além do debate sobre questões emergentes da vida eclesial no Brasil, foi apresentada uma síntese da próxima Instrução sobre a "Liberdade religiosa e libertação", seguindo-se o discurso de João Paulo II e a leitura do Comunicado final. Eis as palavras do Santo Padre:

Senhores Cardeais

Queridos irmãos no Episcopado

1. No momento de encerrar este Encontro, que por três dias concentrou as nossas atenções e empenhou as nossas energias, estou repetindo no meu íntimo uma palavra de Te-

resinha do Menino Jesus "Derniers entretiens", que um grande romanista francês inseriu depois em uma de suas obras mais notáveis (**Georges Bernanos: Journal d'un curé de campagne**): "Tudo é graça". Não hesito em proclamar a minha convicção pessoal de que como fruto de muitos esforços humanos, mas sobretudo das orações que nós próprios fizemos e que tanta gente fez por nós, nossa assembléia foi uma verdadeira graça de Deus, como graça de Deus foi cada etapa e cada circunstância que a pontilhou. Graça, o estarmos juntos; graça, o clima de oração e de caridade que culminou na Eucaristia que juntos celebramos como momento significativo do encontro; graças, as longas horas de reflexão e de intercâmbio; graça, o esforço de revisão sincera, necessária quando se quer encarar seriamente problemas e dificuldades que são a marca daquilo que é humano.

2. Diante de uma graça, a atitude mais adequada é a de dar graças, de dizer "muito obrigado".

Dou graças a Deus que nos inspirou este Encontro, nos assistiu na

In L'OSERVATORE ROMANO n.º 12, 23 de março de 1987, p. 6-7.

sua preparação e, ao longo deste tríduo, esteve presente no meio de nós — reunidos no Nome do seu Filho — e nos ajudou na caminhada.

Muito obrigado aos Senhores, Bispos e Pastores da Igreja do Brasil, cuja presença vivamente desejei e sinceramente apreciei durante os três dias.

Muito obrigado aos meus mais próximos, devotados e generosos Colaboradores no serviço todo particular que, em obediência ao Desígnio de Deus, devo prestar ao Corpo de Cristo que é a Igreja.

Não tenho por que negar ou ocultar que a experiência do Encontro foi para mim — e peço a Deus tenha sido para todos e cada um — fonte de reconforto e de alegria, no nosso comum serviço eclesial.

Amor a Cristo e à Igreja

3. Permitam que eu sublinhe, nos compassos finais desta intensa jornada pastoral, alguns dentre os muitos aspectos que tornaram estes dias ainda mais profícuos do que ousávamos imaginá-los.

Coloco, antes de tudo, o inconfundível **amor a Cristo e à Igreja** que, como não podia deixar de ser, manifestou-se a todo o momento neste cenáculo e foi a tônica de tudo o que realizamos. Diferentes uns dos outros em tantas facetas de nossa personalidade de homens e de Pastores, aqui se patenteou aquilo que mais nos une e que é justamente, aquele amor a Jesus Cristo e à Igreja sem o qual nossas vidas não teriam sentido.

O segundo aspecto foi o **respeito mútuo**, unido à maior **liberdade de expressão**, com que, mesmo deixando aparecer as legítimas diferenças, os irmãos Bispos se confrontaram com seus irmãos na busca da verdade.

Refiro-me, em terceiro lugar, à **clarividência, não isenta de humilde coragem moral**, com que respeitáveis Pastores de uma grande Igreja não quiseram esconder mas se dispuseram a reconhecer problemas e obstáculos, limites e carências que afligem essa mesma Igreja, universalmente estimada e admirada, por outro lado, pela sua vitalidade e fecundidade.

E por último, ponto de fusão dos três precedentes, o quarto aspecto, porventura o mais marcante do encontro: **a saudável e tonificante esperança** — esperança humana mas sobretudo esperança teológica — que penetrou sensivelmente atos e palavras, reflexões e propostas, no correr deste Encontro.

Comunhão afetiva e efetiva

4. Se eu tivesse de identificar, nesta hora de encerramento, a realidade espiritual que mais senti pulsar nesta assembléia, diria sem titubear: foi o desejo — mais ainda, o anseio — **de mais perfeita comunhão**.

Comunhão afetiva mas também **comunhão efetiva** entre os próprios Bispos, ao preço de todos os esforços e de todas as renúncias possíveis, e usando todos os meios ao nosso alcance para aumentar e consolidar essa comunhão. Estou certo que não me interpretariam mal se

eu dissesse que vale mais um passo, dado no sentido da comunhão no seio da Conferência, do que dez com o risco de mortificar, se não de romper a comunhão.

Comunhão, em seguida, com aqueles que, **sola Dei gratia**, recebem e, sustentado pela mesma graça, procura exercer todos os dias o mandato de “confirmar os irmãos”.

5. O ardente desejo desta comunhão e o compromisso sacrossanto, não só de nada fazer para feri-la mas, ainda mais, de tudo fazer para promovê-la, suscitou neste Encontro, com maior vigor do que antes, aquele **diálogo** do qual a verdade não ofende a caridade, nem a caridade dispensa da verdade; diálogo adulto entre homens, cristãos, e Pastores, que não têm outro interesse senão o da Igreja. Falo do **diálogo** dos Bispos brasileiros entre si, tão importante quanto o dos mesmos Bispos com os representantes da Cúria Romana. Se “tudo foi graça” no Encontro, quero crer que a graça mais insigne foi a de não se ter jamais recusado o **diálogo**, nem posto obstáculos que o teriam tornado infrutuoso e inútil.

Função do Encontro era, juntamente, a de renovar, alargar, aprofundar, aprimorar, **esse diálogo**.

Neste sentido, estou convencido de que, se este Encontro serviu para aperfeiçoar o **diálogo** do Episcopado brasileiro com o sucessor de Pedro e seus colaboradores, e dos Bispos brasileiros entre si, ele conseguiu seu intento. **O diálogo precisa continuar, deve continuar.**

A Cúria romana, fiel colaboradora do ministério pontifício se empenha — disso sou testemunha — e se empenhará sempre em conhecer, compreender, compartilhar as situações concretas e os desafios de toda ordem em meio aos quais os Bispos do Brasil exercem o seu ministério. Ela tem, por sua vez, o desejo e a necessidade de ser conhecida, compreendida e ajudada na sua missão eclesial. Esta tem, por sua vez, o desejo e a necessidade de ser conhecida, compreendida e ajudada pelos Bispos no serviço que ela presta à Igreja Universal.

Que esses Dicastérios, aprimorando, quando necessário e enquanto possível, suas prestações de serviço, abram reiteradamente e sustentem sem cessar o **diálogo** com as Igrejas Particulares — e, entre elas, a que está no Brasil — sintam, por seu lado, a confiança de tecer sempre de novo o **diálogo** com as Congregações. Nesta sístole-diástole está a saúde e a vitalidade de toda a Igreja, pois tal diálogo será um dar-receber, que enriquece a todos.

Um profundo diálogo

6. Acrescentaria que o fato de ter participado do Encontro é um privilégio que os investe, queridos Bispos brasileiros, de uma missão: de levar aos co-irmãos, que os Senhores representam, a mesma ânsia do diálogo, a serviço da comunhão afetiva e efetiva. Como o Pão eucarístico que, na Antiguidade cristã, um Bispo costumava levar ao outro, como sinal e penhor de comunhão no Corpo Episcopal, levem a seus irmãos o anseio desta comu-

nhão, a decisão tenaz e paciente de construí-la, mediante o **diálogo**, que é uma condição para tudo isso. **Diálogo** entre os próprios Bispos, **diálogo** Bispos-Presbíteros, **diálogo** Pastores-fiéis, **diálogo** Igrejas no Brasil-Sé Apostólica, **diálogo** Igreja-mundo: não pode ser menos vasto nem menos profundo esse **diálogo**.

É com essa perspectiva e sob a luz desta grande e propulsora esperança, que desejo encerrar o Encontro e despedir-me dos Bispos brasileiros.

Faço-o pensando já na próxima Quinta-Feira Santa, aniversário natalício do nosso Sacerdócio, ponto de reencontro com a graça e a bênção inestimável do sacramento que nos fez Padres e Bispos.

Comungando com seus Sacerdotes, naquele dia, o Pão da Eucaristia e o pão da caridade, sintam-se cada um dos Senhores idealmente em comunhão também com seus irmãos Bispos do Brasil e de todo o mundo. "Mei etiam mementote": de mim que, naquele dia, maior consolo não poderia ter do que o de sentir, na fé, a mais estreita comunhão com todo o Colégio Episcopal. Assim se tece a teia maravilhosa da grande comunhão eclesial.

7. E agora, **feliz Páscoa** — digolhes antecipadamente.

Para entrar no número dos Apóstolos, como aprendemos de um conhecido texto dos Atos dos Apóstolos, era preciso poder ser "testis resurrectionis Eius" (At 1, 22; cf. também 2, 32; 3, 15). A mesma deve ser a condição dos Sucessores dos Apóstolos: a de serem homens

possuídos por uma ardente e inabalável fé na ressurreição de Jesus; a de viverem dia após dia animados pelo otimismo — ou melhor, a alegria e a esperança que nascem espontaneamente desta fé; a de sabermos testemunhar, diante do mundo, que Cristo ressuscitou e, portanto, nem o mal, nem o pecado, nem a morte têm a última palavra.

Encerrando o Encontro, faço votos a todos — especialmente aos queridos Bispos que daqui a pouco voltarão ao Brasil — de poderem ser, também graças ao mesmo Encontro, testemunhas convictas e convincentes da renovadora Esperança pascal.

Acompanhe-os nas suas lides a minha oração. Acompanhe-os a minha Bênção Apostólica, que lhes peço transmitir aos seus fiéis por ocasião das festas da Páscoa.

COMUNICADO FINAL

Em conclusão da visita **ad limina** dos Bispos brasileiros, o Santo Padre, acolhendo o desejo dos mesmos, quis ter um encontro fraterno, Seu e de alguns dos seus colaboradores na Cúria Romana, com os Cardeais do Brasil, a Presidência Nacional e os Presidentes dos Regionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Com esse Encontro teve-se a intenção de aprofundar a qualidade da comunhão da Igreja no Brasil com o Sucessor de Pedro.

Em clima de sinceridade, verdade, fraternidade e oração, viveram-se três dias (13-15 de Março de 1986) de intensa reflexão, com a assídua presença do Santo Padre.

Renovaram-se sentimentos de gratidão e de afeto para com a pessoa do Papa e de plena adesão ao seu Magistério e Ministério em favor da Igreja Universal.

Salientou-se a necessidade de uma autêntica eclesiologia enraizada em uma verdadeira cristologia para nutrir e fazer crescer a comunhão.

Na visita **ad limina** os Bispos vieram à Sé de Pedro trazendo, com esperança, os desafios pastorais que a evolução do Brasil impõe à vida dos Bispos, dos Sacerdotes, dos Religiosos e Religiosas e dos Leigos.

Com efeito esses têm sempre presente que a tarefa de evangelizar constitui a missão essencial de toda a Igreja, "a sua identidade mais profunda" (**Evangelii Nuntiandi**, 14).

Os Bispos, renovando o compromisso de um crescimento cada vez mais rico e constante na colegialidade e comunhão entre eles, bem conscientes das exigências da missão evangélica, hoje particularmente onero-

sa, manifestam plena confiança em todos os "operários do Evangelho" e assinalam alguns pontos.

Para os sacerdotes: crescente empenho na pastoral vocacional; formação mais autêntica e eclesial dos seminaristas; contínuo aprofundamento da vida e do ministério sacerdotal; melhor distribuição do Clero;

Para os religiosos e religiosas: formação mais intensa da sua vida consagrada, sinal do Reino de Deus e serviço do Seu povo; busca de uma integração mais profunda na vida pastoral diocesana; melhor distribuição dos religiosos e religiosas em favor das Igrejas mais necessitadas;

para os leigos: formação em plena sintonia com o Magistério da Igreja a fim de realizar uma identidade cristã e eclesial mais profícua, fundamento para uma presença fecunda neste momento tão decisivo para a vida nacional, quando está em jogo o futuro de uma sociedade justa e fraterna.

Os Bispos, recomendando-se a Nossa Senhora Aparecida, Mãe e Padroeira do Brasil, rendem graças a Deus. O Espírito Santo renove sempre a face da terra, "terra de Deus, terra de irmãos". □

Deus visitou o seu povo

Bíblia — "Um grande profeta surgiu entre nós. Deus voltou os olhos para o seu povo" (Lc 7,16).

Leitor — A visita de Deus não é inconstante. Transforma, ressuscita, vivifica. A presença de Deus cria vida nova.

I N F O R M E

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL DE PASTORAL DA SAÚDE

O Encontro foi realizado em Brasília de 8 a 9 de maio de 1986, sob a responsabilidade da Pastoral Social da CNBB (Dom Afonso Felipe Gregory e Pe. Pedrinho A. Guareschi) e da CRB/Nacional (Ir. Eliane de Calis e GRS/Nacional), por solicitação feita pelos Religiosos participantes do Seminário Nacional de Saúde de Belo Horizonte, Setembro/85, promovido pela CRB.

Representantes dos Regionais de CNBB e das Regionais da CRB, num total de 31 pessoas, participaram do Encontro cujos objetivos foram:

— troca de experiências sobre Pastoral da Saúde em nível nacional;

— formulação de orientações sobre saúde comunitária, a partir das experiências;

— tentativas de organização da Pastoral da Saúde em nível nacional.

A dinâmica do Encontro constou de três momentos:

a) Todos os participantes tiveram oportunidade de relatar suas experiências tanto em nível regional ou diocesano, quanto em nível pessoal.

b) Em grupos foram feitos os destaques dos pontos emergentes das experiências.

c) A partir dos pontos emergentes, estabeleceram-se as PRIORIDADES e os OBJETIVOS para a Pastoral da Saúde.

1) Prioridades:

— Pastoral dos Enfermos: Hospitalar e domiciliar.

— Pastoral da Saúde Comunitária que é popular, preventiva, integrada, educativa, curativa, transformadora e organizativa.

— Pastoral da Saúde Institucional que procura influir no Ministério da Saúde, Escolas e outras Instituições de Saúde.

2) Objetivos:

Geral: Contribuir na PROMOÇÃO, PREVENÇÃO e RECUPERAÇÃO da saúde de todas as pessoas, dentro da sua realidade, para que tenham a vida em abundância que caracteriza a realização do Reino de Deus no mundo.

Específicos

— Conscientizar-nos junto ao povo, sobre seus direitos à vida e deveres de lutar por condições dignas de viver: terra, trabalho, salário justo, habitação, alimentação, lazer e transporte.

— Ajudar o povo a ser AGENTE de sua saúde, e não Objeto.

— Capacitar o povo para desenvolver ações básicas de saúde: formação de Agentes de Saúde indicados pela comunidade.

— Organizar o povo para reivindicar seus direitos.

— Articular Saúde Comunitária com Postos de Saúde, Hospitais e Escolas.

— Recuperar e revalorizar a sabedoria popular, sua fé e sua religiosidade.

— Centrar todo esforço na educação transformadora, a partir da comunidade, sob o critério das três dimensões: JUSTIÇA, SOLIDARIEDADE e MÍSTICA interligadas.

— Preparar o Agente de Saúde para anunciar a BOA NOVA ao homem em confronto com o sofrimento, a doença e a morte.

— Proporcionar assistência espiritual aos enfermos internados e a domicílio.

— Relacionar-se com Instituições (Ministérios, Secretarias, Hospitais, etc.) que exercem atividades ou tomam decisões no campo da saúde.

Como a Pastoral da Saúde é parte integrante da Pastoral Orgânica, ela é tarefa da Igreja em todos os níveis e serviços.

Ir. Eliane de Calis, SDS

SÊMÍNÁRIO SOBRE IGREJA E DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA

Irmã Teresinha Pegoraro, CSJ

Realizou-se de 01 a 05 de maio, em MENDES/RJ, um Seminário sobre "Igreja e Democratização da Escola", com os Superiores Maiores das Congregações Religiosas mantenedoras de Escolas de 1º e 2º graus.

Este Seminário é a 2ª etapa do projeto **IGREJA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS**, do Plano Bienal da CNBB. A primeira etapa realizou-se no final de julho de 1985 com um número restrito de participantes.

Promovido conjuntamente pela CNBB, CRB, AEC e IBRADES, teve como objetivo geral aprofundar, na perspectiva da democratização do ensino, a problemática da educação e da Escola Católica na atual conjuntura brasileira, eclesial e da Vida Religiosa, para deduzir linhas comuns de ação e tomada de posição à luz das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, e do processo da Constituinte.

A complexa problemática da educação e a situação específica da Escola Católica hoje, nos levaram a uma reflexão eclesial, a nível de Provinciais, em busca de coerência com as Diretrizes da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, e de posicionamentos comuns face à nova Constituição.

Participaram 150 pessoas: três Bispos, Superiores Maiores e membros da AEC/Nacional, da CRB/Nacional e do IBRADES.

O Seminário, vivido em clima de estudo, reflexão, debate, troca de experiências e busca de posicionamentos comuns, trouxe um enriquecimento muito grande a todos os participantes.

Transcrevemos a Carta que foi escrita a todas as(os) Religiosas(os) Educa-

dores, e o Documento Final do Seminário, na partilha fraterna do trabalho realizado nestes dias de encontro:

SEMINÁRIO DE SUPERIORES MAIORES

Comunicado final às Religiosas e aos Religiosos Educadores

Mendes, RJ, 05/maio/1986

Prezadas(os) Irmãs(ãos) no Senhor,
Graças e Paz!

01. Nós, 130 Superiores Maiores de 14 Congregações Masculinas e 78 Congregações Femininas dedicadas em nome da Igreja à Educação, sobretudo Escolar, nos reunimos nos dias 01 a 05 de maio, em Mendes, RJ, para um Seminário sobre **"Igreja e Democratização da Escola"**. Representávamos cerca de 6.000 religiosas(os) educadores a serviço de mais de um milhão de alunos.

02. Nosso Seminário foi iniciativa conjunta do setor de Educação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Associação de Educação Católica do Brasil (AEC/BR), da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Econômico Social (IBRADES).

03. Destacamos a presença e participação dos Senhores Bispos: Dom Albano Cavallin (Bispo Auxiliar de Curitiba e Responsável na Comissão Episcopal de Pastoral CEP da CNBB por Educação e Catequese), Dom David Picão (Bispo de Santos e responsável na CEP pela ligação com a CRB e Membro do Departamento de Educação do CELAM), Dom Cândido Padín (Bispo de Bauru, Presidente da Comissão da

CNBB pró-Constituinte) e Dom Jayme Chemello (Bispo de Pelotas).

04. Os trabalhos de nosso Seminário foram marcados por um extraordinário clima de abertura, fraternidade, oração e estudo.

05. Partimos de uma análise da realidade conjuntural brasileira nos subsistemas político, social, econômico e cultural, e de uma visão abrangente da presença da Igreja na Educação, especialmente escolar, desde os inícios da colonização até hoje. Levantamos a seguir nossas preocupações e esperanças como Religiosos e como Igreja, na educação, buscando algumas causas históricas dos desafios que ora se apresentam e sobretudo algumas perspectivas.

06. Ao refletirmos sobre a temática **"Igreja e Democratização da Escola"** nos deparamos com alguns desafios de especial relevo:

a) o processo de redemocratização do Brasil no atual momento, e nele, a Constituinte, a nova Constituição e todo o debate em torno da Escola neste contexto;

b) a práxis decorrente da opção preferencial não excludente nem exclusiva pelos pobres na e a partir da escola;

c) a justiça salarial para com os professores, auxiliares de administração e especialistas que trabalham em nossas escolas;

d) o assumir, por parte de nossas Congregações e Escolas as Orientações da Igreja no Brasil, sobretudo através da CNBB;

e) os novos campos que se apresentam à ação evangelizadora da Igreja,

tais como a educação das classes emergentes e o uso crítico dos Meios de Comunicação Social e da Informática bem como a atuação nos mesmos;

f) os projetos alternativos em educação, capazes de responder aos apelos da realidade.

07. Durante todo este encontro, consideramos, nos momentos de oração e de estudo, as grandes inquietações que invadem o coração e a vida dos milhares de religiosas e religiosos, sacerdotes e leigos, dedicados à educação:

a) a identidade da Escola Católica e o seu projeto educativo no contexto da sociedade pluralista de hoje;

b) a sobrevivência da Escola Católica frente às dificuldades econômicas e às pressões político-ideológicas atuais;

c) o sentido da presença do religioso na educação escolar;

d) o próprio universo dos alunos, pais, professores, auxiliares de administração e especialistas com suas necessidades e expectativas;

e) e especialmente os desafios do futuro que já se delineiam no âmbito da Igreja e da sociedade.

08. Diante desta ampla visão da realidade brasileira, da Igreja no Brasil, dos religiosos engajados na educação, da própria educação e da Escola Católica, nós, Superiores Maiores assumimos alguns posicionamentos e algumas linhas de ação que encarnam nossas esperanças e são endereçadas primeiramente a nós mesmos e, em seguida a todos os que conosco comungam no zelo especial pela presença evangélico-

libertadora da Igreja na educação (ver anexo).

09. Como estas propostas são passíveis de aperfeiçoamento e explicitações ulteriores, convidamos todos a participarem ativamente desse processo de reflexão, estudando também formas concretas para sua aplicação. O envolvimento neste processo exige necessariamente a sintonia com a caminhada da Igreja expressa sobretudo nos documentos "Por uma Nova Ordem Constitucional — declaração Pastoral" (Documento da CNBB nº 36) e "para uma Pastoral da Educação" (Estudos da CNBB nº 41).

10. As palestras, os resultados dos trabalhos de grupo dos painéis serão publicados oportunamente e servirão, juntamente com o Caderno nº 25 da AEC "Igreja e Democratização do Ensino", como subsídios para esse estudo.

11. Encarecemos de modo especial, a participação das religiosas e dos religiosos como educadores cristãos em todo o histórico processo da elaboração da nova Constituição do Brasil para que nela apareçam os valores que a Igreja considera imprescindíveis, porque necessários à dignidade do homem.

12. Reafirmamos a nossa convicção sobre a importância da Escola Católica com projeto educativo libertador, como uma das mediações pastorais da Igreja na educação. Reafirmamos também o valor da missão das religiosas e dos religiosos que, juntamente com os leigos, se dedicam à construção do Reino de Deus através da educação. Estimulamos a todos a se mostrarem sensíveis e abertos aos novos projetos e perspectivas de atendimento às classes emer-

gentes. Comprometemo-nos a contribuir para que todos os brasileiros tenham acesso à escola e escola de qualidade.

13. Acreditando na força do Espírito Santo que nos envia para um serviço profético especial neste momento histórico e invocando Maria, Mãe e Educadora, saudamos com afeto fraterno a todos.

Irmão Claudino Falchetto, FMS
Presidente da CRB Nacional
Em nome dos participantes

POSICIONAMENTOS E LINHAS DE AÇÃO

1. Propugnamos uma educação integral "que vise ao pleno desenvolvimento da pessoa, em suas dimensões física, psicológica, moral, social e espiritual, desenvolvimento este que se expressa na crescente compreensão da realidade, no exercício da liberdade responsável, na convivência solidária, na prática de relações democráticas, no serviço da sociedade e na abertura ao transcendente" (CNBB-Doc. nº 36, 142).

2. Assumimos a Declaração Pastoral dos Bispos porque sabemos que a luta pela Escola Democrática passa pela luta "por uma nova ordem constitucional".

Para isso:

a) mobilizar as Escolas Católicas, de modo coeso entre si e com a Igreja, na luta por uma nova ordem constitucional;

b) apoiar candidatos à Constituinte que assumam os princípios propostos pelo Documento nº 36 da CNBB;

c) Influenciar todos os Constituintes para que garantam a aprovação das normas jurídicas que possibilitem a real democratização das escolas;

d) liberar pessoas capacitadas para compor, em Brasília, uma assessoria aos Constituintes.

3. Diante do direito fundamental do homem à educação, toda escola brasileira seja democrática:

— aberta a todos;

— respeitadora da cultura, da filosofia e dos valores de todos;

— a serviço da comunidade na qual está inserida;

— com poder de auto-organização;

— comunitária e participativa em suas relações internas;

— agente de transformação.

Para isso:

Sensibilizar os educadores para a democratização da escola através de:

— estudo do documento elaborado neste Seminário de Superiores Maiores;

— encontros e debates.

4. A escola católica, caracterizada por uma prática democrática, deve marcar sua presença na comunidade e no conjunto das escolas brasileiras, na realidade local e na Pastoral Orgânica da Igreja, tentando traduzir essa fé e essa inserção no projeto educativo evangélico-libertador.

Para isso:

As escolas católicas, saindo de seu isolamento, unam cada vez mais seus esforços, em consonância com os organismos de Igreja, para o desempenho

de sua missão educativo-evangelizadora na sociedade em transformação através de:

- a) projetos comuns;
- b) encontros inter-colegiais e inter-congregacionais;
- c) grupos de reflexão, de planejamento para distribuição de forças... em função de um projeto mais global de Pastoral da Educação.

5. Considerando o direito inalienável de todo o cidadão ao acesso igualitário aos bens da cultura e da educação;

— considerando o direito dos pais escolherem a escola que mais se coaduna com os seus princípios religiosos e valores de vida;

— considerando que todo cidadão paga imposto e que o dinheiro público deve beneficiar a todos os que o geraram, reconhecemos que toda escola deve ser democrática e, pelo menos, no nível fundamental, gratuita.

Para isso, na atual conjuntura:

a) tentar soluções no "imediato" e lutar pelo "essencial" unindo-nos para buscar projetos alternativos de manutenção da escola católica;

b) envolver os órgãos públicos, as instituições, sindicatos e comunidade local através de negociações que visem obter condigna sustentação da escola;

c) partilhar experiências adquiridas;

d) abrir a escola aos pais para participação no projeto educativo;

e) lutar por uma ordem constitucional que dê condições econômicas reais para uma escola livre e democrática.

6. Ante o "novo", percebemos dever empenhar-nos, também, com formas alternativas de educação que respondam aos anseios da comunidade, caracterizadas pela democratização e pela participação de todos, em torno a um projeto evangélico-libertador, permitindo ao religioso cumprir sua missão profética.

Para isso:

a) garantir a destinação social de nossas propriedades e obras;

b) estimular a participação em experiências já existentes;

c) descobrir e aproveitar cursos que cada região oferece;

d) favorecer o trabalho conjunto entre educadores, entre escolas e grupos inter-congregacionais com vistas à elaboração e à execução de projetos alternativos.

7. Queremos abrir-nos à Educação Popular enquanto:

— voltada às necessidades das classes emergentes;

— desejada e participada pela comunidade;

— atenta, também, à dimensão sócio-política.

Para isso:

a) abrir mais nossos espaços físicos ociosos para a realização dos planos de educação alternativa;

b) redimensionar os conteúdos e os espaços físicos na formação inicial à Vida Religiosa;

c) favorecer a participação dos leigos;

d) possibilitar a inserção e a experiência do meio popular para os religiosos e formandos, segundo os objetivos de cada Congregação.

8. A escola católica, sensível aos sinais dos tempos, comprometa-se com a formação e a promoção dos sujeitos emergentes da transformação social, no sentido de construir uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Para isso:

— orientar os responsáveis pelas escolas de Magistério, no sentido de reformular os currículos de tal forma que preparem agentes capazes de atuar na educação das classes populares e em projetos de educação alternativa.

9. Os destinatários prioritários de nossa ação educativa evangélico-libertadora sejam os empobrecidos.

Para isso:

Ter presentes as classes empobrecidas, na reavaliação das obras atuais e na implantação de novos projetos.

10. Reconhecemos que a organização dos professores e dos auxiliares de administração enquanto categorias é algo fundamental no aprimoramento da democracia brasileira, assim como reconhecemos a importância de incentivar a participação dos alunos em suas agremiações.

Para isso:

Incentivar auxiliares de administração, professores e diretores de nossas escolas a participar ativamente, como cristãos, nos respectivos sindicatos, à luz dos ensinamentos sociais da Igreja.

11. Reconhecemos que a presença do leigo em nossas instituições escola-

res não corresponde a uma função supletiva, mas sim efetiva nos níveis de planejamento, decisões e avaliações.

12. Defendemos o direito das comunidades e dos grupos culturais a organizarem escolas próprias (Cf. CNBB — Doc. nº 36, 136).

13. Tomamos consciência de que a construção da sociedade pluralista exige a presença crítica da educação católica nas áreas culturais de ponta, por exemplo nos M.C.S. e na informática.

Mendes, RJ, 5 de maio de 1986

CETESP, AVALIANDO SUA CAMINHADA

Com assentimento da Presidência da CRB, foi escolhido o 1º semestre de 1986 para se realizar uma avaliação em maior profundidade dos 10 anos de caminhada do **CETESP (Centro de Teologia e Espiritualidade para a Vida Religiosa)**. Suspendeu-se para tal fim o Curso deste semestre e os Diretores puderam realizar a programação prevista de viagens e contactos que eram necessários.

Primeiramente, de 13 de fevereiro até 03 de abril, os Diretores visitaram 10 Regionais e em cada uma delas entraram em contacto com a sua Diretoria, Superiores Maiores e Cetepistas, procurando sentir, em cada realidade, os "ecos" do Curso, do I ao XIX CETESP. Ao todo, foram 221 os que puderam participar destes dias que, em algumas regiões tiveram também o efeito de conagração e de confraternização. Sentiu-se imediatamente nestes Encon-

tros a identificação marcante com uma mesma experiência realizada, facilitando a rápida comunhão e participação nas propostas que os Diretores levavam. Os participantes foram unânimes em elogiar a iniciativa e a boa vontade da CRB de desejar auscultar os interessados em suas bases, em vista de um aperfeiçoamento ulterior do CETESP.

No dia 14 de abril, reuniram-se na sede da CRB, com os atuais coordenadores do Curso, cinco antigos coordenadores. Além de Fr. Constâncio Nogara, OFM que em 1974 como Secretário Executivo da CRB, idealizou e organizou o 1º Curso, estavam os P.P. Jaime Sullivan, OMI; Ivo Weber, SJ e as I.I. Tereza Nunes, FC e Maria do Carmo Costa, PG. Esta reunião foi muito proveitosa, não apenas pelo seu caráter de retomada histórica dos objetivos e prioridades do CETESP, mas principalmente pelas suas conclusões práticas para o aperfeiçoamento na continuidade do Curso. Em cima daquilo que foi o resultado da síntese das sugestões dos Cetepistas durante as viagens de avaliação pelas Regionais, chegamos a um consenso sobre alguns pontos importantes para aquele aperfeiçoamento.

Embora com um reduzido número de convidados, entre os mais antigos do CETESP, realizou-se a Reunião de professores prevista, no dia 30 de maio último, no Instituto Santo Inácio dos Jesuítas, em Belo Horizonte. Bastou-nos uma manhã cheia de trabalhos, para chegarmos a conclusões muito oportunas e que facilitaram a elaboração posterior do nosso Ante-Projeto CETESP.

Apresento a seguir o **resultado** de toda esta nossa avaliação que está sendo estudado pela Presidência da CRB,

para a composição das diretrizes que orientarão os próximos Cursos do CETESP a partir de 1987.

Faço-o em forma de conclusões que completam umas às outras:

1. É inegável a concordância por parte do Cetepista, Coordenadores e Professores sobre a **oportunidade e necessidade** do Curso para alguns anos a mais. Ele responde ainda às urgências de renovação da V.R. no Brasil.

2. A **CRB deve ficar firme nos objetivos**, já bem definidos, do CETESP, e agora mais bem conhecidos pelos Superiores Maiores e pelas Regionais. O conhecimento e o assumir deles é condição "sine qua non" para a participação dos candidatos.

3. Os **3 eixos ou dimensões** em que se fundamenta o CETESP continuam validíssimos: Psicológica, Teológica e Espiritual. A estruturação e entrosamento entre eles é favorecida pela "experiência" interior em profundidade do Cetepista. Esta assim chamada "experiência" pessoal é que dá a originalidade ao CETESP.

4. **O Retiro final**, preparado pelas diversas oportunidades de dias de Oração ao longo do Curso, é de capital importância para o desfecho desta experiência. Este Retiro deve também ser metodológico, no sentido de que possa haver uma aprendizagem de um método de 08 dias de Retiro, na própria experiência que vai sendo realizada.

5. No **novo Esquema do Curso**, que agora terá duração de 04 meses e meio, foram acrescentadas as seguintes matérias: DEUS UNO E TRINO, RELIGIÃO DO POVO e HISTÓRIA DA VIDA RELIGIOSA. Haverá também dois recessos

das aulas, um para recapitulação das matérias teológicas e outro para a elaboração dos trabalhos que continua a ser exigida de todos os participantes.

6. **Não se chegou ainda a uma conclusão sobre a oportunidade de tirar o CETESP da cidade do Rio de Janeiro.** Há mais desvantagens do que vantagens de uma mudança de local.

7. Quanto ao **Pós-CETESP** em forma de Encontros para "reciclagens" de Cetepistas, pedido e sentido nas viagens de avaliação, não chegamos a encontrar a maneira ideal de realização. Contudo, continuaremos promovendo Encontros pelas Regionais sobre aspectos da Formação, em que os Cetepistas serão os primeiros convidados. Um outro empreendimento que a CRB acha por bem levar adiante para alguns religiosos que passaram pelo CETESP, interessados em uma experiência mais intensa de oração, é a possibilidade de se fazerem os Exercícios Espirituais de Santo Inácio.

Dado o que vimos e sentimos nestes meses de avaliação dos 10 anos de caminhada do CETESP, creio que se pode afirmar que este Curso vem cumprindo seus objetivos e a sua função de preparar multiplicadores na renovação da V.R. no Brasil.

Damos graças ao Senhor, doador de todo o bem perfeito, por aquilo que Ele imprimiu de revitalização neste paciente trabalho de 10 anos, através de tantos colaboradores, com o único objetivo da maior glória de Deus, na salvação de muitos irmãos.

Pe. Paulo Lisbôa, SJ
Diretor do CETESP

CETESPISTAS NO INACIANO

Itaici, de 21 de abril
a 21 de maio de 1986

Não é a primeira vez que a Coordenação do CETESP em colaboração com a Casa de Retiros dos Jesuítas de Itaici (Vila Kostka) promove, com todo o apoio da Presidência da CRB, os Exercícios Inacianos para Cetespistas. Com essa quarta turma de 1986, já passaram por esta experiência dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio completos, uns 100 Religiosos de dezoito cursos passados.

Desta vez, foram feitos 60 convites a participantes do 14º ao 18º CETESP e que durante seus cursos manifestaram desejo de fazer esta experiência para aprofundamento pessoal da vida consagrada e aperfeiçoamento da prática da Orientação Espiritual. Até poucas semanas antes do início do Retiro, 31 pessoas haviam aceito o convite e se dispunham a fazê-lo. Contudo, diversos impedimentos de última hora, questão de saúde para alguns, impediram que 05 delas participassem. Assim que, na noite da abertura dos Exercícios, estavam presentes 26 pessoas ao todo, 23 Irmãs, 01 Irmão Lassalista e 02 Sacerdotes, sendo uma Religiosa vinda de um dos cursos do CERNE. Na sua grande maioria atuantes na Formação inicial ou permanente, e algumas até no Governo Provincial das 23 Congregações representadas, e provenientes de 11 Estados do Brasil. Contamos até com duas Religiosas fundadoras de novos Institutos, uma brasileira e outra paraguaia.

Pode-se dizer que o grupo foi muito privilegiado, pois teve à sua disposição, além do jesuíta Pe. José Antônio Netto de Oliveira como explicitador da matéria das orações, 05 outros acompanhantes na caminhada do processo individual: os PP. Armando Cardoso e Paulo Lisbôa também jesuítas, e as Irmãs Lucília Maria V. de Freitas, Dorotéia, Terezinha Rocha, Franciscana Hospitaleira, e Maria Veleda Saraiva Leão, do Cenáculo.

Só Deus no interior dos exercitantes é que pode apreciar a totalidade da abertura e correspondência de cada um(a) às moções do Espírito que falou à sua maneira. Contudo, pelo que se pôde captar daquilo que era a expressão e comunicação ainda que mais limitada do grupo, pode-se afirmar que a graça atuou forte e que os frutos amadureceram. Há mais 26 Religiosos conscientes de sua consagração, e muito desejosos de levar em frente o serviço do Reino, através de suas Congregações, ali onde Deus os enviar.

Ficou patente mais uma vez que a eficácia da experiência de Exercícios Espirituais para grupos realiza-se mais facilmente num grupo amadurecido por uma vivência comunitária como este do CETESP. Verifica-se o amadurecimento de outro momento existencial forte e o enriquecimento pessoal para a prática paciente do Evangelho nas situações conflitantes atuais. Tudo se desenrolou como novo "kairós" de síntese pessoal para a vida apostólica.

Nas viagens de avaliação dos 10 anos de CETESP pelas Regionais, uma das

sugestões que voltou muito foi organizar "reciclagens" do CETESP. Estes Exercícios Espirituais, realizados como foram com toda a seriedade por Cetespistas, mais uma vez prova que são o que há de melhor como resposta a esta sugestão.

A CRB agradece a valorização dada a este seu empreendimento, pelas pessoas da Casa de Itaiçi (Vila Kostka), através do acolhimento e da atenção maravilhosamente dispensados a mais este grupo de Cetespistas, proporcionando esta renovação espiritual necessária para eles.

Jamais poderemos calcular a intensidade, a qualidade e a quantidade do BEM que foi gratuitamente oferecido pelo PAI, e que agora se difunde e se expande nos mais variados ambientes da Vida Religiosa no Brasil.

A Ti Deus Santíssimo, o louvor de corações reconhecidamente em festa.

Aproveito para comunicar aos Cetespistas interessados, que já deixamos reservada a Casa de ITAICI para o próximo "INACIANO", em janeiro de 1988. Se Deus quiser, a esse Retiro de 30 dias seguir-se-á um cursinho teórico de uma semana, sobre os Exercícios de Santo Inácio, aberto a outros Cetespistas que ainda não tiveram a oportunidade de fazê-lo. Um dos critérios para a participação destas promoções continua sendo o interesse do Cetespista em se aperfeiçoar na sua espiritualidade e no seu desejo em ajudar nos Retiros de sua Congregação, ou da CRB.

Pe. Paulo Lisbôa, SJ
Diretor do CETESP

IV ETAPA DO PRO-FOCO II

Realizou-se em Mendes/RJ, na casa dos Irmãos Maristas, de 03 a 23 de abril de 1986, a IV e última etapa do **PRO-FOCO II** (Curso para Formadoras Contemplativas), promovido pela CRB/Nacional.

Presentes 24 Monjas Contemplativas, pertencentes a 11 Ordens diferentes: Benedictinas, Carmelitas Descalças, Carmelitas da Antiga Observância, Clarissas, Concepcionistas, Dominicanas, Passionistas, Redentoristas, Servas do SSm^o Sacramento, Sion (ramo contemplativo) e Visitandinas.

O tema central dessa etapa foi a "Formação na e para a Vida Contemplativa". Coroando essa etapa, que foi a última do curso, tivemos o Retiro que foi um momento especial e particular de graça do Senhor.

A Eucaristia de abertura do curso foi presidida por D. Waldyr Calheiros de Novais, Bispo de Volta Redonda. Dizendo-se feliz em acolher durante vinte dias, em sua Diocese, representantes das casas contemplativas, o celebrante deu-nos sua mensagem de fé, esperança e alegria, situando a necessidade e a riqueza da Vida Contemplativa na e para a Igreja e o mundo de hoje.

Dando início aos trabalhos, Ir. Claudino Falchetto FMS, Presidente Nacional da CRB, lembrou a meta principal desta etapa: a Formadora no seu ser e missão. Nestes dois pólos se deve articular a animação da Vida Religiosa, na busca incessante da vontade de Deus para os nossos dias.

Ir. Teresinha Pegoraro CSJ, coordenadora do **PRO-FOCO** e que nos acompanhou com muito carinho durante toda a etapa, expôs a dinâmica e as matérias da fase conclusiva do Curso, situando-nos no contexto geral desta caminhada tão importante que realizamos.

Trazíamos no coração uma grande expectativa e um desejo imenso de darmos tudo de nós para aproveitarmos bem desta riqueza imensa que o Senhor colocava em nossas mãos.

Durante os dois primeiros dias, Pe. Paulo Lisboa SJ trabalhou conosco sobre Discernimento Pessoal e Comunitário, dando-nos elementos preciosos para a compreensão e o exercício deste ponto tão importante para quem quer descobrir e realizar o projeto e a vontade de Deus em sua vida e missão.

Pe. Jaime Sullivan OMI e Ir. Celeste Gaion SDS, durante cinco dias, nos levaram ao estudo e ao trabalho sobre: objetivos, pressupostos, programas e dinâmicas de Formação. Foram dias de muita riqueza, estudo, comunicação e busca comum. Tivemos oportunidade de partilhar o que é feito nos nossos Mosteiros em termos de Formação, formular perguntas, apresentar dificuldades e exercitar-nos na formulação de objetivos, premissas teológicas e planos de Formação. Sentimos que a Formação não podia deixar de ser a parte de maior peso do curso, pois a reflexão séria da sua importância, dos meios para ser levada a termo, da formulação clara dos objetivos a que se orienta, vai depender a concretização do curso em sua aplicação à realidade das formandas e ao processo que nunca deverá interromper-se, para o crescimento integral que toda a vida supõe.

Duas matérias de grande valor para nós foram tratadas com muita clareza e lucidez por Pe. Spencer Custódio Filho SJ: Formação para a Vida Comunitária e Formação para a Oração. Em suas colocações, muita vida, muita experiência e muita realidade estiveram presentes, o que tornou desafiador e empolgante este assunto, motivando-nos para o exercício concreto na nossa vivência pessoal e comunitária.

O curso teve o seu coroamento com a realização do retiro que nos fez vivenciar de maneira muito especial o Absoluto de Deus em nossas vidas. Depois de termos recebido o conteúdo e metodologia para a formação da vida contemplativa, tudo foi revisto à luz da gratuidade divina, num retiro dirigido que teve como orientadores: Pe. Clovis Piazza SJ, Pe. Carlos Palacio SJ, Frei João Bonden OCD e Frei Xavier Yudego OCD. As conferências foram feitas pelo Pe. Piazza, com sucessão de partilha, orientação individual e celebração da Eucaristia nos grupos e com o próprio orientador. O horário comportou também largas horas de oração.

O Retiro foi realmente o ponto alto do Curso e uma experiência única e inesquecível em nossa vida.

A experiência profunda da unidade que vivemos ao longo do curso, que se expressou no ser "um só coração e uma só alma" e que consideramos um dom especial do Senhor para nós, teve sua culminância no Retiro, no encontro com o PAI, centro da COMUNHÃO que nos uniu, nos reuniu e nos envia agora para nossos Mosteiros, mais fortalecidas com sua presença e sua graça.

Dizíamos na sessão de encerramento do **PRO-FOCO**: "O Reino dos Céus é

semelhante a um grão de mostarda que um homem tomou e semeou em seu campo, e que cresceu até se fazer uma grande árvore, e as aves do céu vieram fazer ninhos em seus ramos" (Lc 13, 18-19).

Percebemos uma grande semelhança entre o processo que se desenrola, na realidade do curso, que ora terminamos, e a parábola acima citada.

Vejamos:

Os responsáveis pela CRB, e especificamente pelo "**PRO-FOCO**", quais semeadores prudentes, foram, ao longo do tempo, preparando o terreno de nossas Comunidades. O trabalho não se fez esperar.

Em quase toda a extensão do grande campo, dos múltiplos Mosteiros, que se espalham por esse Brasil afora, os cultivadores depararam-se com Comunidades generosas, sinceras na busca do ideal, e na vivência do Absoluto de Deus, nas quais, porém, subsiste uma mentalidade não totalmente desperta para os sinais dos tempos. Pois bem, encarregou-se a CRB de remover a terra, mandar a chuva benfazeja, a fim de torná-la propícia ao plantio.

Assim preparadas, coube às nossas superiores segregarem o terreno a ser plantado. Arriscaram em nós, confiantes nas propriedades que em nós depositou o Senhor: dons, talentos, carismas a serem transformados em seiva fecunda.

Não faltou o adubo fertilíssimo, preparado pelas orações, sacrifícios, dificuldades a serem superadas, empenho constante da CRB.

Aptas a receber a semente, viemos confiantes de que ela germinaria, por

força Daquele que nos agraciou no seu Amor....

Após terem estudado o terreno, peritos selecionaram as sementes para que nenhuma delas se perdesse. E... a CRB caprichou!

Tivemos o privilégio de usufruirmos da riqueza de uma elite de professores.

Qual o melhor? Não saberíamos responder...

Cada qual, na sua especialidade dando o melhor de si, o melhor de seus conhecimentos, de sua cultura — não medindo sacrifícios, generosamente, com alegria.

E a semente?

Fazendo jus ao seu objetivo — **“PRO-FOCO”** — o curso nos conduziu à Pessoa de Jesus Cristo, foco de toda a vida cristã, e necessariamente, da vida contemplativa!

Cristo, a Semente escolhida do Pai, o Grão que morre para que tenhamos vida, e no qual, somente, podemos produzir frutos! “Não podeis dar frutos se não permanecerdes em Mim” (Jo 15,4).

Fomos projetadas nesse Foco, para atingirmos-Lhe a profundidade, e Nele, recebermos luz e calor, a fim de extrairmos toda seiva vital de nosso ser!

Para atingirmos esse objetivo com maior segurança e de maneira mais consciente, fomos humanamente preparadas por esmerado trabalho psicológico que nos trouxe libertação e crescimento.

História da Igreja, Moral, Patrística, Teologia da Vida Religiosa, e outras matérias, além de outros tantos cuidados, para que a semente germinasse, a

fim de que, qual outras MARIA, gerássemos o Cristo em nós, para entregá-Lo ao mundo enfermo, carente de Paz, de Amor, de Justiça...

E... a árvore foi crescendo, nutrida pelos trabalhos de aprofundamento, os estudos, a transmissão do curso para nossas Irmãs que, em nossos Mosteiros, rezando, nos substituindo nos trabalhos, dando-nos apoio, esperavam sequiosas a seiva vivificante!

Esse processo maravilhoso, de um grão que é enterrado, e que desabrocha em pujante vida, que é o próprio processo do Mistério Pascal que ora vivemos, foi-nos facilitado e preparado pela dedicação, pela generosidade e pelo carinho da CRB.

Contudo, esse cabedal de graças que recebemos, e que foi realmente uma efusão do Espírito Santo a atuar na porção privilegiada do Corpo Místico de Cristo, abrindo-nos mais disponíveis e maleáveis à Sua ação, de tal maneira que não vivamos por nós mesmas, mas, Cristo viva em nós, esse cabedal nos compromete, faz-nos responsáveis pela atmosfera do mundo dos homens ao mesmo tempo sedentos e afastados de Deus; desejosos de Paz e vivendo em guerras; aspirando à felicidade e produzindo violência, desamor e sofrimento.

Cabe-nos, transparecendo o Cristo, dar-lhes o oxigênio necessário, dar-lhes vida abundante! São os ramos abrigo das aves!

À CRB que canalizou, e foi portadora do tesouro inestimável de que fomos alvo — nossa perene gratidão!

Nossa gratidão de modo especial, ao Irmão Claudino, incansável batalhador em prol dos religiosos, e amigo cons-

ante; à Irmã Vilani que, atenta à Vontade do Pai, fez o sacrifício do trabalho que lhe era tão caro; à Irmã Teresinha Pegoraro que cativando-nos com sua bondade, compreensão, dedicação e solicitude, nos acompanhou ao longo do curso.

Não bastasse toda essa atenção e os cuidados recebidos, tivemos o acolhimento caloroso e amigo das Irmãs de Santa Catarina, e dos Irmãos Maristas.

A todos que colaboraram para o "aggiornamento" da vida contemplativa, no Brasil, e para que essa mesma vida se tornasse mais fecunda, e se projetasse com todas as suas forças, com todo seu dinamismo, no Absoluto de Deus, enfim para que o Foco incandescente — Cristo — resplandecesse com novo brilho em nossas vidas, a todos esses, nossa gratidão, gratidão que brota de nossos corações, porque as palavras são pobres, mas os sentimentos não têm limites!

A riqueza humano-espiritual do curso será sempre mais percebida por nós à medida que formos estendendo nossos ramos, permitindo abrigarem-se neles um número sempre crescente de irmãos.

No dia 23 às 9hs, com a Celebração da Eucaristia de Ação de Graças presidida por D. Vital Wilderink OCD, concluímos o **PRO-FOCO**, trazendo junto ao Senhor todas as pessoas que estiveram conosco e que nos ajudaram em nossa caminhada de renovação e aprofundamento do nosso "Ser Religiosa Contemplativa".

Após a Eucaristia, num encontro muito simples, fraterno e cordial, tivemos a entrega dos certificados e a manifestação de gratidão e carinho das

participantes do **PRO-FOCO II** à CRB, aos Professores e Coordenadores do Curso, expressa num jogaal e em números de canto.

Ir. Claudino Falchetto FMS, Presidente da CRB, encerrando a sessão dirigiu-nos sua palavra amiga desejando que a Vida Contemplativa possa continuar a ser um sinal luminoso na Igreja como presença do Senhor junto aos Irmãos.

Dispersando-nos agora às nossas realidades para iniciar nos nossos Mosteiros a V Etapa do **PRO-FOCO**, a vida do dia a dia, permaneceremos unidas na busca incessante do "único necessário" ao qual nada deve ser preferido, o amor de Jesus Cristo, grande objetivo de nossa vida.

Com imensa gratidão formulamos votos para que o **PRO-FOCO** possa ter continuidade e prosseguir sua missão de ajuda e animação à Vida Religiosa Contemplativa no Brasil.

Irmã Mathilde Maria Polesi, SSS
Cenáculo N. Sr^a Aparecida
Curitiba, PR

O **PRO-FOCO**, conforme testemunham as Irmãs Contemplativas que dele participaram, trouxe um grande benefício, enriquecimento e ajuda não só a nível pessoal mas também a nível comunitário.

Transcrevemos a carta que as participantes do **PRO-FOCO II** enviaram aos Mosteiros Contemplativos numa partilha simples e fraterna da riqueza vivida no Curso:

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1986

A todas as Irmãs Contemplativas

Caríssimas Irmãs,

Inicialmente queremos saudar fraternalmente a cada uma, desejando-lhes toda a GRAÇA do Senhor Jesus.

O que nos leva a dirigir-lhes esta carta é o desejo de comunicar algo sobre o PRO-FOCO — PROGRAMA FORMADORAS CONTEMPLATIVAS — organizado pela CRB Nacional.

A idéia de lhes escrever surgiu durante a 3ª etapa do PRO-FOCO II, realizada no Convento Madre Regina, PETRÓPOLIS/RJ, em setembro de 1985, quando, em pequenos grupos, avaliávamos a caminhada feita na 3ª Etapa. Constatando o grande bem que o Curso vem fazendo não apenas a nós que dele participamos, mas também às nossas Comunidades onde ele é transmitido, uma Irmã fez a seguinte reflexão: "Pena que todos os Mosteiros e Conventos Contemplativos não sejam informados suficientemente para que também possam participar deste Programa!" Desta reflexão veio a pergunta: "Se nós, as participantes, escrevêssemos aos Mosteiros dando o nosso testemunho, não seria uma maneira fraterna de partilhar e de encorajar a participação também de outras Irmãs?"

Esta proposta foi colocada ao plenário que a apoiou plenamente.

Estamos agora realizando a IV e última Etapa e queremos concretizar a idéia que o Espírito Santo suscitou em nós.

Afirmamos, queridas Irmãs, que a CRB se esmera com todo o carinho na organização do Curso, na seleção dos professores e no acompanhamento a cada uma, durante todo o PRO-FOCO.

É o segundo Curso que agora está sendo concluído. Seus objetivos são os seguintes:

1. Dar pistas de conteúdo e metodologia para a formação à VIDA CONTEMPLATIVA.
2. Aprofundar a dimensão pessoal e comunitária das Irmãs que prestam um serviço na formação, na Vida Contemplativa.
3. Oferecer subsídios para transmitir e vivenciar o conteúdo do Curso na sua própria realidade.

O PRO-FOCO I, realizado em 5 Etapas de 15 dias cada uma, teve a participação de 54 Contemplativas procedentes de 11 Estados do Brasil, representando 9 Congregações: Benedictinas, Carmelitas, Clarissas, Concepcionistas, Passionistas, Redentoristas, Sacramentinas, Visitandinas e Sion (ramo contemplativo).

Este curso, que teve duas Etapas por ano, iniciou em 1982 e concluiu em 1984.

O PRO-FOCO II iniciou em outubro de 1984 e está sendo concluído em abril de 1986.

Nosso Curso foi realizado em 4 etapas, com duração de 20 dias em cada Etapa.

O tema central de cada etapa foi o seguinte:

I Etapa — Fundamentação Bíblica e Teológica da Vida Religiosa (10 a 30 de outubro de 1984).

II Etapa — A Contemplativa como Pessoa Humana (10 a 30 de abril de 1985).

III Etapa — Dimensão Cristológica e Eclesial da Vida Religiosa Contemplativa (01 a 21 de setembro de 1985).

IV Etapa — A Formação na Vida Contemplativa (03 a 23 de abril de 1986).

Esta Etapa foi coroada com um Retiro dirigido, momento muito forte e muito rico de presença especial do SENHOR em nossas vidas.

Iniciamos o Curso 27 Irmãs mas três, por razões especiais, não conseguiram chegar até o final.

Representamos 11 Ordens Contemplativas: Benedictinas, Carmelitas da Antiga Observância, Carmelitas Descalças, Clarissas, Concepcionistas, Dominicanas, Nossa Senhora de Sion, Passionistas, Redentoristas, Sacramentinas e Visitandinas. Vindas de 6 Estados do Brasil, nos integramos fraternalmente e podemos proclamar a todos que formamos "um só coração e uma só alma". O contato com as diversas Ordens nos enriqueceu, nos fez amar com mais profundidade o nosso próprio Carisma e nos estimulou a responder melhor às necessidades da Igreja hoje.

Com simplicidade, numa pequena partilha fraterna, apresentamos o testemunho do que foi o PRO-FOCO para nós. Que este gesto irmão traduza nosso desejo de comunicação, informação e estímulo:

1. CONGREGAÇÃO DE NOSSA SENHORA DE SION — (ramo Contemplativo).

No nosso convento somos três que já participamos do PRO-FOCO. Só temos a agradecer à CRB Nacional por

esta iniciativa. Tem-nos ajudado muito a aprofundar nossa vida religiosa contemplativa e também no crescimento integral como pessoas consagradas.

Nossa comunidade tem recebido a transmissão das matérias com avidez; sente-se o progresso e o amadurecimento de cada Irmã. O PRO-FOCO é muito apreciado por todas e estão dispostas a fazer sacrifícios para que outras Irmãs da comunidade participem no futuro.

A repercussão do PRO-FOCO em nossa vida pessoal e comunitária foi muito além do que poderíamos imaginar; é realmente uma iniciativa abençoada pelo Senhor.

Ir. Maria Hermínia, NDS — Convento Solícitude — CURITIBA/PR.

Ir. Angela Margarida, NDS — Convento Solícitude — CURITIBA/PR.

2. IRMÃS REDENTORISTAS

Nós, as Monjas Redentoristas que participamos do PRO-FOCO II, só temos uma palavra: "gradidão a Deus e gradidão à CRB", por essa tão importante iniciativa de criar um Programa para Formadoras Contemplativas que muito tem contribuído na formação de nossas comunidades, no hoje da transformação do mundo. Não só nossas comunidades lucram com isso, mas nós pessoalmente sentimo-nos imensamente gratificadas. Novos horizontes foram abertos, pela exposição de muitas matérias, por professores competentes e conceituados.

Ir. Maria Clemente, CSSR — Mosteiro Imaculado Coração de Maria — BELO HORIZONTE/MG.

Ir. Maria dos Anjos, CSSR — Mosteiro da Imaculada Conceição — ITU/SP.

3. IRMÃS CONCEPCIONISTAS

Querer falar e escrever sobre o PRO-FOCO é resumí-lo muito. Desejamos apenas testemunhar que o PRO-FOCO é um "TESOURO" que a CRB coloca em nosso caminho para ajudar-nos e enriquecer-nos.

A participação neste Curso foi para nós uma riqueza muito grande, tanto pessoalmente quanto para nossa Comunidade. Com alegria afirmamos: É o ESPÍRITO SANTO que, através do PRO-FOCO, está agindo no coração da Igreja.

Ir. Maria Odete do Menino Jesus — Mosteiro N. Sr^a da Conceição — MACAÚBAS/MG.

Ir. Luzia da Imaculada Conceição — Mosteiro N. Sr^a da Conceição — MACAÚBAS/MG.

4. CARMELITAS DA ANTIGA OBSERVÂNCIA

Quando o dom é "luminoso" tende a se irradiar!

Assim foi o dom do PRO-FOCO II para nós e para toda a nossa comunidade do Mosteiro "Flos Carmeli", de Jaboticabal.

Estamos na etapa final do PRO-FOCO II e olhando o caminho percorrido por nós e por toda a comunidade, temos que reconhecer todo o bem e toda a graça a nós concedidos. Queremos ser instrumento para que o "facho de luz" que recebemos neste curso, através da CRB Nacional, se irradie e atinja todas

as comunidades de contemplativas deste nosso Brasil.

O nosso testemunho é o de alegria e gratidão.

— Irmãs foram renovadas.

— Comunidades foram atingidas.

— União foi reforçada.

— Colaboração foi iniciada e mantida, entre as comunidades.

— Tudo expressou a grande realidade: A Vida Contemplativa, com os seus diversos carismas, é uma força viva e vivificadora na Igreja.

A união de Ordens diferentes foi fator de crescimento e de fortalecimento de laços, que nascendo de um ponto comum — vida dedicada a Deus como voz orante — se ramifica na beleza dos carismas especiais, agora mais aprofundados.

Em nome da nossa comunidade, que se beneficiou do PRO-FOCO II e em nosso próprio, louvamos esta iniciativa da CRB e agradecemos aos coordenadores e colaboradores desta "maravilha de graça".

Ir. Alice Cruz, OC — Mosteiro "Flos Carmeli" — JABOTICABAL/SP.

Ir. Natalina Grande, OC — Mosteiro "Flos Carmeli" — JABOTICABAL/SP.

5. MONJAS DOMINICANAS

Em nosso Mosteiro, o PRO-FOCO trouxe um grande benefício, favorecendo a vida contemplativa de clausura, silêncio e oração, unindo mais a comunidade e afastando os perigos de infantilismo, sentimentalismo, desequilíbrio psicológico, etc. Mais esclarecida e atualizada, nossa vida monástica se tornou mais autêntica.

Ir. Maria José Emanuel, OP — Mosteiro Cristo Rei — SÃO ROQUE/SP.

Ir. Ivete do Coração de Jesus, OP — Mosteiro Cristo Rei — SÃO ROQUE/SP.

6. MONJAS PASSIONISTAS

O PRO-FOCO foi para nossas comunidades uma bênção de Deus. Despertou entusiasmo, alegria, maior segurança e fidelidade ao próprio carisma e aprofundamento de nossa identidade contemplativa. Nosso grande anseio é que este presente de Deus, oferecido pela CRB, chegue a todas as comunidades contemplativas do Brasil.

Ir. Maria Imaculada do Espírito Santo — Mosteiro da Cruz — SÃO CARLOS/SP.

Ir. Maria Madalena do Bom Pastor — Mosteiro St^a Gema Galgani — SÃO PAULO/SP.

Ir. Maria Leticia de SSm^a Trindade — Mosteiro Santa Gema Galgani — SÃO PAULO/SP.

7. SERVAS DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO (Sacramentinas)

A CRB, que sempre se preocupa em ajudar as religiosas de vida Contemplativa, deu um passo decisivo para a atualização das mesmas, promovendo o PRO-FOCO.

A 1^a experiência tendo se mostrado muito válida, suscitou o 2^o grupo que, com muito proveito, termina agora o PRO-FOCO II.

Professores competentes e equilibrados nos levaram a uma visão eclesial mais ampla, através de conhecimentos doutrinários profundos e sólida espiritua-

lidade, reavivando em cada uma, ao mesmo tempo, o desejo de uma fidelidade maior ao próprio carisma.

Seria um enriquecimento tão grande para a Vida Contemplativa se, de todos os Mosteiros e Conventos desse nosso vasto Brasil, alguma, ou várias Irmãs, se dispusessem a participar dessa experiência!

Por tudo o que recebemos, somos gratas a Deus que, através da CRB, nos oferece tão precioso dom!

Ir. Mathilde Maria Polesi — Convento das Servas do SSm^o Sacramento — CURITIBA/PR.

Ir. Marília Antunes Neves — Convento das Servas do SSm^o Sacramento — JUNDIAÍ/SP.

8. IRMÃS DA VISITAÇÃO DE SANTA MARIA (Visitandinas)

Sentimos uma grande alegria de poder testemunhar o que foi o PRO-FOCO para nós. Foi mais do que um Curso excepcional, foi um tempo de reflexão e questionamento e a ocasião de contatos extremamente proveitosos. Aliás, as influências deste curso já se faziam sentir em nossa comunidade de S. Paulo porque 3 de nossas Irmãs já haviam participado do PRO-FOCO I.

Em nossos Mosteiros está havendo uma verdadeira revitalização que nos leva às fontes, com olhos novos.

Nossa identidade religiosa e nosso carisma salesiano se revigoram e todas se empenham por viver melhor nossa identidade visitandina. Não somente as que fizeram o PRO-FOCO, mas todas foram beneficiadas. Nosso projeto de Formação Inicial e Formação Permanen-

tê foram reformulados e é numa ótica nova, assim podemos dizer, que estudamos atualmente os escritos dos nossos Santos Fundadores, bem como os questionários que nos chegam de Roma sobre a renovação das Constituições, na parte referente ao Direito Canônico.

A troca de experiência durante o PRO-FOCO foi um dos valores mais apreciados pelo grupo maravilhoso das participantes. Todas cooperaram para a harmonia fraterna, amiga e alegre, formando uma só família na caminhada em busca do Reino de Deus.

Os professores muito competentes e bem escolhidos, transmitiram-nos não só sua palavra eloqüente mas muito mais, uma profunda vivência religiosa que nos edificou e desafiou.

Ao Irmão Claudino e Ir. Teresinha nosso profundo agradecimento e estima pela oportunidade que nos deram de crescer tanto com o PRO-FOCO. Foi-nos de muito proveito e esperamos com a ajuda do Senhor e de sua Mãe Santíssima continuarmos desabrochando em nossa vivência pessoal e comunitária, impulsionando aquelas que nos rodeiam, porque o PRO-FOCO não deve terminar.

Ir. Maria de Jesus B. de Souza —
Visitação — SÃO PAULO/SP.

Ir. Nazareth de Jesus Ribeiro —
Visitação — SÃO PAULO/SP.

Ir. Maria Margarida dos Santos —
Visitação — BARBACENA/MG.

9. CARMELITAS DESCALÇAS

Chegando ao final do PRO-FOCO, sentimos imensa gratidão a Deus, à CRB, às nossas Comunidades e às Ir-

mãs que participaram conosco desta caminhada.

O sacrifício de salmos de nossos Mosteiros, por 4 vezes, fica bem recompensado.

Podemos afirmar, com toda sinceridade, que cresceu nosso amor a Deus, aos irmãos, à vida comunitária.

Percebemos melhor o sentido eclesial e apostólico que devemos testemunhar como Carmelitas nas pegadas de nossa St^a. Madre Teresa de Jesus que tanto amou a Igreja e soube responder aos desafios de seu tempo.

Enviamos uma cordial saudação às nossas queridas Irmãs, formulando votos para que algum dia possam aproveitar das riquezas que o Senhor nos concede através desses Cursos.

Ir. Maria Helena de S. José —
Carmelo Imaculada Conceição — DIVINÓPOLIS/MG.

Ir. Vânia Maria do Espírito Santo —
Carmelo São José — TRÊS PONTAS/MG.

10. MONJAS BENEDITINAS

O PRO-FOCO trouxe maior abertura aos diversos valores e modos de viver a vida contemplativa.

As matérias dadas durante as 4 etapas deste curso, o testemunho dos professores, vieram reforçar em cada uma de nós a radicalidade do seguimento de Jesus Cristo, dentro do carisma de cada Ordem ou Congregação. Cada uma ao sair do curso será mais ela mesma, amará mais a sua congregação.

Agradecemos de todo coração a ordenação da CRB pela generosidade, zelo e carinho eclesial, por nos proporcionar esta oportunidade de um aprofundamento e um conhecimento maior de que somos criados para Deus e como nos diz Santo Agostinho, "o nosso coração está inquieto enquanto não repousar Nele".

Ir. Rosalina, OSB — Mosteiro da Virgem — PETRÓPOLIS/RJ.

Ir. Margarida, OSB — Mosteiro do Encontro — CURITIBA/PR.

11. IRMÃS CLARISSAS

A participação no PRO-FOCO foi para nós um grande incentivo na caminhada humana e espiritual.

A CRB se preocupa e se ocupa também das Contemplativas. Experimentamos profundamente isto durante o Curso, pelo interesse e acompanhamento que tivemos nas várias etapas.

Professores abalizados, bem escolhidos, nos transmitiram seus conheci-

mentos preciosos e nos edificaram com sua vivência coerente.

Sentimo-nos mais religiosas, mais contemplativas, mais Clarissas.

Nossas comunidades foram favorecidas com a transmissão que lhes fizemos e são testemunhas do bem que o PRO-FOCO proporcionou a todas.

Louvamos e agradecemos ao Senhor que nos deu tal oportunidade de crescimento. Que Ele, na sua bondade, alcance que muitas outras contemplativas também recebam a graça de participarem deste curso.

Ir. Maria Clara Pra Baldi — Mosteiro S. Damião — PORTO ALEGRE/RS.

Ir. Maria Clara do SSm^o Sacramento — Mosteiro Nazaré — LAGES/SC.

Queridas Irmãs, com esta nossa partilha, simples e fraterna, enviamos a cada uma nosso abraço irmão e lhes damos a certeza de nossa comunhão no Senhor que nos une a todas ao redor da mesma causa: o SEU REINO.

Irmãs do PRO-FOCO II

Bíblia — "Jesus chamou os seus discípulos e disse-lhes: Em verdade vos digo, esta pobre viúva deu mais do que todos os outros que ofereceram esmolas porque todos deram do que tinha de sobra. Ela, porém, da sua pobreza, ofereceu tudo, tudo o que tinha para viver", Mc 12, 41-44.

Leitor — Traída por todas as aparências, a velha possuía, no entanto, um mundo interior que ninguém lhe podia disputar. Vivia em paz consigo mesma. Dispensava de aparecer. Sua conduta é inexplicável por mera casualidade. Deus era seu tesouro e sua recompensa. Sem vida interior há uma redução substancial do primado de Deus em nossa vida. Seu exemplo de generosidade confundiu a bazófia dos doutores e, quem sabe, a nossa também (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

A FORÇA PROFÉTICA DAS COMUNIDADES CRISTÃS PRIMITIVAS

*Comunidade é sempre um empenho, uma tarefa, um trabalho.
Quem formar fraternidade conhecerá as lentidões dos tempos,
trabalhará na paciência e reconhecerá a presença do mal.
A comunidade verdadeira se constrói no meio de mal-entendidos.*

Frei Almir Ribeiro Guimarães, OFM

Niterói, RJ

A renovação da vida eclesial e a do tratado da eclesiologia operadas em nossos dias, sempre de novo buscam referir-se à vida das comunidades cristãs primitivas, de modo especial, às páginas de Lucas nos Atos dos Apóstolos. O desgaste do tempo e da rotina, o surgimento da esclerose em várias formas concretas de vida eclesial, o organizacional matando o espírito, a vida eclesial mais ou menos mecânica fizeram com que todos os homens e mulheres desejosos de uma renovação da Igreja se voltassem novamente para as experiências primeiras de vida cristã. De modo especial são estudados os textos de Atos 2, 42-47 e a prática da vida eclesial das comunidades paulinas. A finalidade de nossa reflexão é chamar atenção para a força profética de anúncio e denúncia presente nessas comunidades. Nosso propósito não é, em primeiro lugar, colocar em evidência a relação dessas comunidades

com grupos de vida consagrada, mas em referência à vida cristã de todo o Povo de Deus. Estarão, no entanto, implícitas alusões às formas de vida consagrada de ontem e de hoje que não podem fugir desse espírito comunitário primitivo.

1. E todos viviam unidos

“Frequentavam com assiduidade a doutrina dos apóstolos, as reuniões em comum, o partir do pão e as orações. De todos apoderou-se o medo à vista dos muitos prodígios e sinais que faziam os apóstolos. E todos que tinham fé viviam unidos, tendo todos os bens em comum. Vendiam as propriedades e os bens e dividiam com todos, segundo a necessidade de cada um. Todos os dias se reuniam unânimes no templo. Partiam o pão nas casas e comiam com alegria e simplicidade de coração, louvando a Deus entre a simpatia de todo o povo. Cada dia

o Senhor lhes ajuntava outros a caminho da salvação” (At 2,42-47).

O texto dos Atos que transcrevemos sempre foi acusado de ser utópico. Muitos afirmam que Lucas idealizou a comunidade. Esta seria a comunidade dos sonhos e não a comunidade concreta. Evidentemente a comunidade é sempre um empenho, uma tarefa, um trabalho. Um grupo de cristãos que quer reunir-se em fraternidades conhece as lentidões dos tempos, trabalha na paciência e não desconhece a presença do mal que quer destruir estas células de vida evangélica e sinais do mundo novo que Jesus chamou de Reino. Todos sabemos que a comunidade da Igreja ainda não é o Reino. Este está para chegar. Aceleramos sua vinda na prática da comunidade cristã. A verdadeira comunidade se constrói no meio de incompreensões e mal-entendidos. A Igreja é comunidade santa, mas busca sempre de novo a santidade. É assembleia unida, mas está sempre refazendo sua unidade. Somos caminheiros da consecução da verdadeira comunidade-comunhão. Certamente Lucas está bem consciente de tudo isto, mas mesmo assim quer nos falar daquilo que viviam e buscavam viver os primeiros cristãos de Jerusalém. Quando descreve a ascensão do Senhor mostra que alguns queriam fixar os olhos nos céus, mas são reenviados à vida. Nessa vida encontrariam o Senhor. Esse Jesus que subia viria do futuro e era tempo de encontrá-lo na caminhada da comunidade unânime.

Este resumo da vida comunitária que transcrevemos é marcado pela idéia de **unanimidade, união e unidade**. O autor procura mostrar uma

comunidade na qual foi realizada a utopia da unanimidade e colocada de lado toda prática que corrompesse a unidade. Cita quatro elementos construtores da união: o ensinamento dos apóstolos, a comunhão fraterna, a fração do pão e a oração em comum. A primeira peça da unidade é o ensinamento dos apóstolos. O que é dito e crido nada mais é senão a continuação daquilo que Jesus confiou aos apóstolos. A comunidade não tem seu saber e seu existir de si mesma. Há uma força que a constitui. Há uma autoridade que a norteia. A existência serena e firme da comunidade cristã se concretiza na fidelidade à palavra dos apóstolos. Eles trazem aos fiéis a proclamação de um Evangelho que vem de Deus através de Jesus Cristo. Os outros elementos mencionados se referem ao relacionamento fraterno e à prática da liturgia, isto é, comunhão fraterna, fração do pão e oração.

Os apóstolos eram qualificados para transmitir uma vida nova de que tinha necessidade essa comunidade primitiva. Eles tinham partilhado a vida e os ensinamentos do Senhor. Esta era a senda segura e firme para se guardar a autenticidade da fé e evitar todos os desvios. Os carismas do Espírito e as comunidades novas que viessem a nascer teriam sua solidez na medida em que perseverassem na doutrina dos apóstolos. Nascia, assim, a verdadeira tradição eclesial.

Comunhão certamente não significava somente uma simpatia para com o irmão. A comunhão engaja de tal modo a pessoa que vai até à partilha dos bens. Assim a comu-

nhão de corações se prolonga na comunhão dos bens. Um segundo texto maior dos Atos precisa reter nossa atenção nessa altura de nossa reflexão:

“A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava propriedade sua aquilo que possuíam. Tudo entre eles era comum. Com grande efeito os apóstolos davam testemunho da ressurreição do Senhor Jesus e todos os fiéis gozavam de grande estima. Não havia entre eles indigentes. Os proprietários de campos ou casas vendiam e iam depositar o preço do vendido aos pés dos apóstolos. Repartia-se, então, a cada um segundo sua necessidade. José, chamado pelos apóstolos de Barnabé, que significa filho da consolação, levita e natural de Chipre, possuía um campo. Vendeu e foi depositar o dinheiro aos pés dos apóstolos” (At 4,32-35).

Retenhamos desta leitura a convicção de que a verdadeira comunhão só é possível quando houver partilha dos bens. Ela não se faz segundo uma hierarquia, mas conforme as necessidades de cada um. A vontade de partilhar não era um sentimento natural e que nascia automaticamente. Era fruto de uma conversão. Os membros da comunidade não se sentiam proprietários do que possuíam. A não existência da indiferença entre os membros da comunidade era uma prova de corações convertidos e em processo de conversão viviam o ar da partilha. Sabemos que esta idéia empolgará homens e mulheres que estão na origem da fundação de famílias religiosas posteriormente, indo atingir

o coração do filho de um comerciante de Assis chamado Francisco.

2. Oração e Eucaristia

Lucas é muito sensível à questão da oração. Sente-se isto na leitura do terceiro evangelho. Segundo os Atos, a comunidade de Jerusalém manifesta grande intensidade de vida de oração. Reza da mesma maneira que respira. Reza na espera do Espírito (At 1, 14), após a libertação de Pedro e João (At 4,24), antes da ressurreição de Tabita (At 9, 40), no terraço de uma casa (At 10,9) e pedindo pela libertação de Pedro (At 12,5 e 12). O texto que comentamos diz que a comunidade freqüentava cotidianamente o Templo. Essa forma de oração era comum com o judaísmo. Ela era insuficiente para exprimir o essencial e a totalidade da nova fé. No seguimento de Jesus essa comunidade ousava chamar a Deus de Pai (Abba), termo aramaico que sublinhava uma ternura familiar. Os evangelhos nos dizem que os apóstolos tinham pedido a Jesus um ensinamento sobre a oração e neste momento receberam então o **Pai Nosso**.

Os Atos distinguem uma forma comum de oração entre cristãos e os filhos da Aliança, e outra mais típica da nova comunidade que não se fazia no Templo, mas nas casas, como é o caso da fração do pão. Por três vezes os Atos mencionam a fração do pão (At 2,42-47; 20, 7-12; 27,35). Se a última citação se refere a uma refeição profana, não há dúvida de que os dois primeiros textos fazem incontestável alusão à Eucaristia. Esta era celebrada de casa em casa, durante uma refeição

(1Co 11,17-22). Comportava um momento de oração e um momento de pregação. Era culto que queria obedecer à ordem de Jesus: "Fazei isto para celebrar a minha memória" (1Co 11,24). Bem cedo foi fixado o domingo, o primeiro dia da semana para a realização da Eucaristia (At 20,7; Lc 24,1). Com a morte dos apóstolos essa pregação foi substituída por uma carta ou texto de seu punho. Faziam questão também de ler algum trecho do Antigo Testamento. Judeus de origem, os primeiros cristãos foram rezando os salmos sob a luz nova da vida e da ressurreição de Jesus, e compreenderam os textos do Antigo Testamento em sua referência ao Messias que tinha vindo e era celebrado em sua liturgia.

Oração e Eucaristia fazem parte da vida da comunidade primitiva. Não nos esqueçamos que essas práticas estavam em estreita ligação com sua vida nova. A prática do batismo cristão inseria os novos convertidos nessa comunidade que pretendia ser um esboço do Reino em construção.

Unanimidade, partilha da vida e dos bens, oração e Eucaristia se entrelaçam como fundamentos das comunidades autenticamente cristãs. Ao mesmo tempo que existia essa comunidade primitiva de Jerusalém, o Espírito suscitava outras nas terras de missão, e Paulo terá grande e insubstituível função em sua organização.

3. As primeiras comunidades da gentilidade

A primeira parte do livro dos Atos dos Apóstolos procura resu-

mir as atividades de Pedro e da comunidade de Jerusalém. Na segunda parte vemos a corrida da Palavra que produz o surgimento de novas comunidades nas terras dos gentios. Paulo e seus companheiros experimentam uma verdadeira paixão pela difusão da Palavra e pela criação de novas Igrejas. O autor dos Atos não se cansa de mostrar a ação do Espírito em Paulo e em seus colaboradores. Em seus primeiros ensaios missionários Paulo defrontou-se com a delicada questão das tendências judaizantes. O quadro, talvez um pouco idílico, pintado nas primeiras páginas dos Atos, precisa ser completado com tensões internas na própria comunidade de Jerusalém, e com problemas inesperados surgidos com a conversão de homens e mulheres estranhos ao mundo judaico.

Paulo obtém dos Doze e de Pedro a permissão de anunciar livremente o Evangelho de que é depositário. Em momento algum se desliga de Pedro, mas compreende que o Espírito deseja ir para além das tradições judaicas religiosas. É o momento da abertura. Sabemos que por detrás da palavra Evangelho em Paulo há muitos estudos feitos. Trata-se agora, com a missão, de um segundo tempo da obra de Jesus morto e ressuscitado. No capítulo 15 dos Atos encontramos a conclusão da delicada polêmica que havia surgido entre a Igreja Mãe de Jerusalém e as comunidades nascidas da gentilidade. Estavam escancaradas as portas para a universalização da mensagem de Jesus.

Encontramos dados sobre a vida concreta das comunidades fundadas

na terra dos gentios nas epístolas paulinas. A Primeira Epístola aos Tessalonicenses, documento datado do ano 51 e anterior à redação de nossos atuais evangelhos, se dirige a uma comunidade (igreja). O texto é encabeçado por Paulo, Silvano e Timóteo. Paulo não se dirige a indivíduos, mas a uma fraternidade que ele denomina de Igreja. Mostra que os tessalonicenses são convocados por Deus. Devem responder a um apelo, a uma vocação no sentido de se reunirem em comunidades. Essa vocação se concretiza na medida em que a comunidade puder se exprimir em atos de fé, esperança e amor (cf. 1Ts 1,3). Nessa comunidade os convocados servirão o Deus vivo e verdadeiro e esperarão, dos céus, o Filho que ressuscitou dos mortos (cf. 1Ts 1,9-10). Essa idéia estará sempre na pena de Paulo. Na Primeira Carta aos Coríntios lembra o essencial que, ele mesmo Paulo, tinha recebido: Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras. Foi sepultado e, depois, ressuscitou, conforme as Escrituras. Apareceu a Cefas e depois aos Doze (cf. 1 Co 15, 1-6).

Paulo procurará mostrar o Espírito em ação nessas comunidades. Não pensa numa atividade excepcional ou produzindo ações e feitos extraordinários. Pensa numa calma e constante ação do Espírito na organização e na vida das novas comunidades. A vida eclesial é responsabilidade de todos. Cada um recebe dons e talentos que precisam ser reconhecidos em nós mesmos e nos irmãos da comunidade. São dons gratuitos de Deus (carismas) dados em vista da realização do bem comum (1Co 12,4-7). Cada um é in-

substituível na animação da comunidade pelo dom recebido. Ninguém pode considerar-se "desempregado". Mesmo o operário da última hora tem sua missão. Assim todos somos, na comunidade, colaboradores de Deus na obra da salvação. Um terá o dom do conselho. Outro velará pelos doentes. Não é necessário ser sacerdote para receber esses dons. Os pais de família recebem dons para edificação dos filhos e os filhos para os pais. Uns terão o dom de ir ao encontro dos que são excluídos da comunidade. Outros ainda terão o dom do ensino. Há diversidade de dons, mas um só é o Espírito (cf. 1Co 12,4-7). As comunidades da gentilidade se estruturam na linha do Espírito. Fala-se de uma Igreja carismática.

O Espírito sopra onde quer. Importante é estar aberto à sua ação. Necessário é compreender que entre os dons do Espírito há alguns institucionais. Visam a organização e a unidade da comunidade. Mesmo qualificados de institucionais esses dons têm como origem o Espírito. A comunidade não pode ser anárquica, mas organizada. Os que recebem os dons institucionais são responsáveis pela ligação de uma determinada comunidade com outros grupamentos ou comunidades de fé com os quais formam a Igreja universal. Este é fundamentalmente o papel da instituição. Ela vive na teia das relações.

Entre os diferentes carismas Paulo menciona o do governo e da presidência (Rm 12,8), o pastoreio ou pastorado que chama algumas vezes de diaconato (1Co 12,5), isto é, serviços que façam a ligação com

outras comunidades e que garantam o bom andamento da vida da comunidade. O primeiro desses ministérios instituídos será o de zelar pela vitalidade da comunidade. É o sentido da palavra grega "episcopos". Aquele que vela e não aquele que controla. Inicialmente este ministério era exercido pelos anciãos chamados pelos gregos de "presbiteroi", de onde vem a palavra padre. A comunidade se organizava através dos bispos e presbíteros. Estamos sempre diante dos dons do Espírito para a comunidade. Aos bispos caberia cuidar de que a mensagem apostólica fosse fielmente transmitida, que a comunidade não perdesse sua vitalidade evangélica e que se realizasse a comunhão de cada comunidade concreta com as demais comunidades da Igreja. Os diáconos serviriam às mesas, isto é, se ocupariam do trabalho da caridade.

Evidentemente as comunidades paulinas tinham também regularmente a celebração da Eucaristia. Os apóstolos e seus colaboradores também se dirigiam às sinagogas ou a outros lugares para a oração e o louvor do Senhor. Repete-se aqui o esquema da comunidade de Jerusalém.

A leitura dos Atos dos Apóstolos e dos feitos das comunidades fora de Jerusalém nos faz compreender a existência de um forte dinamismo missionário em suas fileiras. Ficamos impressionados com o senso de abertura a todos os homens. São comunidades zelosas no sentido de atingirem a todos os homens e o homem todo. Talvez a comunidade

dos coríntios fosse a mais exuberante e propensa a certos desvios. Uma certa espontaneidade anárquica dará lugar, aos poucos, ao surgimento de organismos mais estáveis. Aqui e sempre aparecerá, na vida das comunidades, a tensão entre o carismático e o organizacional.

Não devemos esquecer que as comunidades cristãs do primeiro século conheceram também a perseguição. Bem cedo, Estêvão sofreu morte horrenda por lapidação devido às críticas que fazia à Lei e ao Templo (cf. At 6,8-7,60). Sucedem-se os martírios de apóstolos. A primeira manifestação hostil aos cristãos em Roma, se deu no ano 64 sob a inspiração de Nero. Na época de Domitiano, entre 92 e 95, novamente se faz sentir o fantasma da perseguição. O livro do Apocalipse, escrito no final do século I, mostra com imagens fortes e tons carregados, a perseguição que se abateu sobre os discípulos do Cordeiro. A Besta e seus sequazes quiseram destruir as comunidades do Ressuscitado, daquele que era, que é e que vem. A inocente "seita" dos cristãos vai ganhando terreno e clarificando suas posições. O mundo instalado e dedicado à idolatria se sente questionado. As metas e objetivos do mundo contrário ao Reino são atacados pelo testemunho das comunidades cristãs. A perseguição e o martírio, longe de estancar a vida das comunidades, dava-lhes mais força. Por detrás dos torturados, condenados e sofrendores por causa do Evangelho, a comunidade sentia a presença do próprio Cristo. O sangue desses fiéis iria irrigar a terra para novas e esplendorosas colheitas.

4. Força profética da comunidade

As reflexões feitas até o momento nos permitem tirar algumas conclusões que mostram a força profética da comunidade primitiva. Misturam-se os elementos característicos das primeiras comunidades: unanimidade, perseverança no ensino dos apóstolos, fração do pão, oração em comum, zelo missionário e audácia do testemunho, que chega até o martírio. Uma força de anúncio e denúncia aparece na vida das comunidades primitivas:

a) Homens e mulheres se reúnem a partir de um apelo. Reúnem-se em comunidades. Respondem a uma iniciativa de Deus. Posicionam-se frente à Palavra que os convoca da disposição, da divisão do isolamento na direção da unanimidade. Um profundo senso de fraternismo anima a comunidade a partir de seu íntimo. No mundo de ontem e de sempre marcado pelo individualismo, pela vontade de cada um buscar seus próprios interesses e de realizar seus pequenos e não raro mesquinhos projetos pessoais de felicidade, a comunidade cristã se apresenta como antídoto ao mundo dos interesses particulares, das divisões sem conta, do isolacionismo fatal e mortal. A comunidade cristã de ontem e de hoje propõe o ideal belo da comunhão. Essa comunhão vem do alto. Não é fruto de política humana nem de entendimentos diplomáticos. É iniciativa do amor de Deus que se manifestou em Jesus, através de sua Paixão, Morte e Ressurreição e da vinda do Espírito que distribui seus dons como quer e onde quer. As comunidades de ontem e de hoje exalam essa força

profética da comunhão, da unanimidade e do fraternismo. Quanto mais unidas e mais fraternas forem as comunidades mais eloqüente será seu testemunho e poderão realizar o ideal do "vede como se amam". Até que ponto nossas comunidades cristãs ou comunidades de vida consagrada manifestam unidade, unanimidade e comunhão? Os homens de hoje precisam efetivamente perceber esse testemunho.

b) Entre os membros da comunidade primitiva não eram encontradas pessoas em necessidade. Um dinamismo de comunhão profunda fazia com que não existissem carentes entre eles. O texto fala de que tudo era comum. Num mundo marcado pelo ter, pelo possuir e pelo consumismo ecoa novamente o apelo à partilha fraterna dos bens. A verdadeira comunhão espiritual tem que desembocar no cuidado pelas necessidades imediatas dos irmãos. O texto dos Atos tem força no hoje de nossos dias. Num mundo marcado por contrastes gritantes, de imensos latifúndios e gente sem terra, de exploradores e explorados, de gananciosos e gente que morre com falta de tudo, a existência de comunidades cristãs é um grito profético. Quando grupos humanos vivem o espírito de partilha produz-se a denúncia do ídolo do ter.

Neste contexto vem à nossa mente o início da Regra de Santo Agostinho: "Uma vez que estais reunidos numa mesma sociedade, cuidai de viver entre vós a unanimidade. Que ninguém tenha nada de próprio. Que vossos bens sejam colocados em comum. Que vosso superior distribua víveres e vestes não segundo o

critério da igualdade, porque não tendes a mesma saúde, mas segundo as necessidades de cada um. Ledes nos Atos dos Apóstolos que tudo era comum e que a distribuição era feita segundo as necessidades de cada um”.

As comunidades cristãs e os grupos de vida religiosa consagrada estão bem conscientes da urgência de tal partilha. Onde não existe verdadeira comunidade espiritual que se transforme em partilha dos bens, não há verdadeiro cristianismo. Sabemos que muitos cristãos e inúmeras comunidades religiosas marcam passos no progresso espiritual porque vivem um espírito de cobiça e estão imersos na mentalidade da sociedade de consumo e se tornaram insensíveis ao apelo de fraternidade do Evangelho. Até que ponto nossas comunidades se aburguesaram? Será que não estamos apenas revestidos de um verniz de cristianismo? Será sincero o uso que fazemos da expressão **irmão** em nossas assembleias? O mundo saúda com entusiasmo os exemplos de comunidades cristãs ou religiosas que vivem despojadamente e empenhados na luta pela fraternidade.

c) A comunidade dos batizados se reúne para rezar e para romper o Pão da Eucaristia em memória de Jesus Cristo ressuscitado até que ele venha novamente. Os cristãos reconhecem a presença do Senhor em seu Memorial. Há um movimento entre a celebração e a vida, e entre a vida e a celebração. A Eucaristia que celebram renova, dia a dia, o dom de Deus aos homens e a ação de graças dos fiéis pelos benefícios

recebidos. A comunidade ama e espera. Ama os irmãos e espera a vinda do Senhor. Partilhando o Pão da Eucaristia a comunidade é convidada a inventar fórmulas múltiplas de partilha de tal sorte que ninguém esteja na necessidade.

d) A comunidade persevera no ensinamento dos apóstolos e de seus sucessores. É apostólica. É também apostólica no sentido de sentir o apelo de ser reenviada com a missão de anunciar a Boa Nova sem excluir ninguém, atingindo situações novas e culturas diferentes. Sempre de novo as comunidades precisarão questionar e rever seu caráter apostólico. Aquilo que foi objeto da pregação dos apóstolos continua sendo o alimento das comunidades de hoje. Sabemos da urgência da permanência do ensinamento dos apóstolos para que se realize a unanimidade da fé. Será urgente também verificar o senso missionário presente ou ausente dentro de nossas comunidades concretas. Até que ponto podemos dizer que nossas comunidades estão imbuídas de um efetivo desejo de anunciar Jesus Cristo? Não estariam elas em gueto, como grupos isolados ou ilhotas de pseudo-segurança? Até que ponto a comunidade cristã está se empenhando em atingir o mundo dos universitários, operários, o campo do lazer, da política e da técnica? A Boa Nova não pode ser “domesticada”. A Palavra tende a continuar sua corrida. Ela precisa de instrumentos capazes de descobrir novos espaços onde produza frutos.

e) As primeiras comunidades tinham o santo orgulho de darem um testemunho de fé. A análise que fi-

zemos chamou atenção para um testemunho que chegou até o martírio. Conhecemos incontáveis exemplos de ontem e de hoje, de comunidades que chegaram ao dom da vida na fidelidade ao amor a Jesus Cristo e seu Reino. Conhecemos também comunidades ou agrupamentos de cristãos que não têm a coragem de tirar as últimas conseqüências de sua fé. Falta-lhes a audácia do testemunho. Por outro lado, estamos assistindo ao fenômeno de grupos constituídos de pessoas pobres que, na simplicidade de suas vidas, testemunham abertamente Jesus Cristo e seu mundo novo. Há sempre a necessidade de questionarmos e reexaminarmos a qualidade de nosso testemunho, mesmo que para tanto possamos ser levados aos tribunais ou à morte, não porque defendemos ideologias mas por sermos arautos de um mundo novo. Certamente a história cristã da América Latina terá páginas cheias de vigor escritas pela vida de comunidades escondidas e cheias de energia.

f) Saudamos com imensa alegria e enorme esperança a todas as comunidades de base existentes em nossa terra. Esses grupos sempre se mostraram muito afeiçãoados à comunidade descrita no livro dos Atos dos Apóstolos. Já se disse, com razão, que as comunidades de base, são os "Atos dos Apóstolos" da América Latina. Tais comunidades exibem todas as características da comunidade primitiva que tentamos analisar nestas páginas. Sabemos que muitos olham para estas comunidades como a esperança da renovação para a Igreja no Brasil e na América Latina. Transparece nelas

o júbilo pela fé cristã. Sabemos que lá não se vive uma comunidade idílica, mas a unidade é construída no meio de desafios e confrontações. Nelas efetivamente está sendo escrita a história da aventura da comunidade cristã entre nós. O documento da Santa Sé sobre a liberdade cristã e a libertação assim se exprime sobre as comunidades de base: "As novas comunidades de base e outros grupos de cristãos, formados para serem testemunhas deste amor evangélico, são um motivo de grande esperança para a Igreja. Se viverem verdadeiramente em unidade com a Igreja local e a Igreja universal, serão uma autêntica expressão da comunhão e um meio de se construir uma comunhão mais profunda. Serão fiéis à sua missão na medida em que tiverem o cuidado de educar os seus membros na integralidade da fé cristã, pela escuta da Palavra de Deus, pela fidelidade ao ensinamento do Magistério, à ordem hierárquica da Igreja e à vida sacramental. Sob tais condições, sua experiência, radicada em um empenho pela libertação integral do homem, torna-se uma riqueza para a Igreja inteira" (Instrução sobre a Liberdade Cristã e a Libertação, Congregação para a Doutrina da Fé, n. 69).

Resta-nos esperar que as comunidades de vida consagrada, que já começaram um belo trabalho de renovação, possam se tornar cada vez mais um grito profético neste mundo caótico do final do século XX. Que a força profética de nossas comunidades possa ser sentida por um mundo em muitos pontos distante do Reino! □

OS RELIGIOSOS NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

ELEMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

*A Vida Religiosa não está destinada a fazer qualquer
suplência mas, 'a partir de seu carisma, tornar'
presente a destinação escatológica de todos os cristãos.*

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI
Brasília, DF

III. O VATICANO II E A VIDA RELIGIOSA NO BRASIL (1965-1970)

1. Os anos posconciliares: assimilação do Vaticano II e "renovação" da Vida Religiosa

A abertura dos Religiosos à Igreja foi um passo importante, início de um processo. Levou a uma renovação intra-sistêmica, atingindo de modo particular as estruturas. Contudo, não se colocava ainda uma questão mais abrangente: a presença da Vida Religiosa dentro do mundo, nem se havia formulado com precisão o problema da relação da Vida Religiosa com o Povo de Deus. Além disso, não era ainda suficientemente explícita a consciência de que não basta inserir-se dentro da Igreja, das suas estruturas, se não fizer-se também sensível aos problemas do po-

vo cristão, da sua religiosidade, da sua sede de participação e fome de justiça e libertação. Os anos pós-conciliares vão abrir novos rumos e perspectivas para a Vida Religiosa nesta direção.

A declaração final dos Superiores Maiores na Assembléia Geral de 65 chamava a atenção dos Religiosos para esta nova dimensão: — "Para todo revigoramento da vida e da ação sentem os Religiosos a necessidade da adaptação inadiável, conforme às orientações e inspirações do Concílio, às condições de tempos e lugares, que lhes permitirá um diálogo prudente, inteligível e sem ambigüidades com o mundo a que servem (...)" "Na vivência cotidiana da ação apostólica, abrem os olhos e o coração de

forma especial para todos aqueles que, pelas circunstâncias dos tempos ou dos lugares, pelas dificuldades da vida e situações ingratas se encontram em maior necessidade, pobreza ou condições de maior urgência, pretendendo assim dar as suas preferências àquelas do Salvador que veio para evangelizar os pobres e curar os doentes” (32).

Por outro lado, para os Religiosos que de fato se inseriram na vida e na pastoral da Igreja local, foi-se dando progressivamente o encontro com a sociedade e a descoberta dos mecanismos nela vigentes.

O mundo que a VR descobre nesse momento é o mundo “moderno” — o mundo técnico-científico urbano, que passa por grandes e profundas transformações, e cuja característica é a secularização. Isto constituiu em grande impacto para a Vida Religiosa, acostumada a mover-se predominantemente dentro de quadros sacrais e com toda uma simbologia ligada ao mundo sacral. Por isto, o fenômeno da secularização exerceu, nesse momento, particular influência sobre a renovação da VR, pedida pelo Concílio.

O confronto com o mundo moderno levou ainda a VR a perceber-se “atrasada” e isolada do seu contexto e do seu momento histórico. Daí o urgente esforço de “aggiornamento”, entendido especialmente como adaptação ao “mundo moderno”, que se impôs aos Religiosos como tarefa ineludível, e no qual a CRB levou, em muitos aspectos, a iniciativa e atuou como força de inspiração e de propulsão. Tratava-se de repensar toda a Vida Religiosa

dentro de uma visão nova, “ilustrada”, e promover uma práxis adequada às exigências dos novos tempos. Esta caminhada começou a ser feita com entusiasmo pelos Religiosos, e determinou um momento de verdadeira “euforia”. É o momento da “modernização” da Vida Religiosa que atingiu, sobretudo, as formas externas de vida e de presença na sociedade, o tipo de relacionamento intracomunitário e o exercício da profissão ou da atividade apostólica.

Não se trata de analisar aqui todos os passos desta caminhada. Entretanto, há dois aspectos que merecem ser destacados, pela projeção que tiveram nas fases posteriores da renovação dos Religiosos, como um todo, e da CRB na sua atuação:

— o fenômeno das pequenas comunidades e sua evolução processual, com suas conseqüências;

— o movimento que se articulou em torno ao tema de reflexão e estudo lançado pela CRB para a Assembléia Geral de 1968.

2. O fenômeno das Pequenas Comunidades e sua evolução

Não é possível situar com toda precisão, no tempo e no espaço, o movimento das pequenas comunidades. É um movimento que não se explica deterministicamente por nenhum fator. Participa da liberdade e criatividade de grupos de religiosos atentos à marcha da história e ao sopro imprevisível do Espírito. Isto não significa, porém, que tenha descido do céu sem interferência humana. Há um contexto sócio-ecclesial onde este movimento mergulha

suas raízes e do qual extrai sua seiva, como de húmus fértil e dadiovo. Ao contexto eclesial nos referimos antes. Trata-se de uma Igreja em processo de renovação "ad intra" e "ad extra". Pelo que se refere ao contexto social, o começo da década de sessenta é marcado por intenso debate ideológico e pelo questionamento radical das estruturas sócio-econômicas do Brasil. Vinho dos anos anteriores, o processo de industrialização e urbanização tiveram seus reflexos sobre o processo político, e suscitara fortes discussões em torno do desenvolvimento e de suas fórmulas, e foi adiante não sem grandes custos sociais. A situação se deteriorou progressivamente a partir da renúncia de J. Quadros, numa mistura explosiva de questões políticas, motivos ideológicos, exacerbação em torno das tão discutidas reformas de base, e a crise econômica com seus inevitáveis reflexos sociais. A "revolução" de 64 provocou um verdadeiro colapso: nas instituições políticas, nas aspirações sociais e nas reformas de base. Os primeiros anos que se seguiram, desenvolveram-se entre a tentativa de retorno ao estado de direito e o refluxo irremediável para o estado de exceção. A partir desse momento, a deterioração da situação social e o recrudescimento da repressão política serão a condição para a fabricação do "milagre econômico" (33). Este solo eclesial e social revolvido receberá e alimentará o crescimento das Comunidades Eclesiais de Base e, concomitantemente, das pequenas comunidades de religiosos e, sobretudo, de religiosas.

Quando o movimento apresentava já certa consistência, e começa a

se configurar com características novas, a CRB lançou uma pesquisa de âmbito nacional, procurando "obter o máximo de informações qualitativas, que possibilitassem uma visão adequada do fenômeno" (34). Nesta pesquisa, perguntava-se pelas pequenas comunidades criadas nas Províncias a partir de 1965. Entretanto, como já observamos, há grupos anteriores a esta data. A comunidade de Nísia Floresta, por exemplo, a que nos referimos anteriormente, começou em 1963. A pesquisa constatou a existência de 50 pequenas Comunidades (sendo 38 femininas) na região nordeste; 61 (51 femininas) na região leste e centro-oeste; 58 (45 femininas) na região Sul. O surgimento destes grupos obedeceu a um processo crescente: até 1965 foram criadas 5,3% das pequenas comunidades: de 66 a 67 houve um acréscimo de 18,3%, e no período de 68 a 69 o aumento atingiu a taxa de 63,4% (35). Ainda de acordo com os dados da pesquisa, dois tipos de justificativas estavam na raiz destes grupos: um preponderantemente "ad intra", e outro voltado mais "para fora". Isto é, havia aqueles que buscavam prioritariamente novas formas de vivência do projeto religioso nos seus elementos estruturais: melhor relacionamento fraterno, maior realização pessoal, novo estilo de exercer a autoridade e viver a obediência. E havia quem desejava atuar na pastoral diretamente com o povo e para isto buscava estruturas comunitárias mais adequadas. Analisando o fenômeno, o Pe. Comblin escrevia: "Antes de tudo, as comunidades pequenas constituem fenômeno negativo: rejeição das estruturas tradicionais. Os

Religiosos que por aí entram não sabem o que querem positivamente, mas sabem muito bem o que não querem, ou seja, as formas tradicionais de vida religiosa” (36).

Independentemente do juízo global que sobre estas comunidades possa ser feito, das vicissitudes da sua evolução, e dos impasses e correções necessárias que se impunham, é difícil negar que se trata de um fato histórico que marcou de maneira irreversível a figura da vida religiosa no Brasil. É verdade, como dissemos, que, inicialmente, surgem como um movimento renovador “ad intra”, mas por trás das primeiras intenções transpareciam já os sinais de aspirações por um tipo de vida religiosa mais simples, despojada e evangélica, e mais inserida na realidade do povo.

É certo também que só no decorrer da década de 70, sobretudo sob influxo de Puebla, estes grupos vão se configurar como Vida Religiosa inserida nos meios populares, a partir da opção pelos pobres, constituindo uma forma alternativa de vivência do projeto religioso. Mas já nos começos há uma busca de resposta ao Espírito nas contradições da história que aponta para a meta a ser alcançada mais tarde, ainda que de forma obscura.

3. O tema de estudo da Assembléia Geral de 1968

Outro aspecto significativo deste momento foi constituído pelo estudo, reflexão e debates em torno ao tema da Assembléia Geral de 68 — “A Vida Religiosa no Brasil de hoje”, que representa a sistematização

básica do que se estava vivendo em termos de “aggiornamento” ou “modernização” da vida religiosa segundo as orientações conciliares (37). Queremos observar que o mais importante não é tanto o texto escrito, senão todo o processo que antecedeu a sua elaboração, envolvendo grande parte dos religiosos do Brasil, bem como o processo que se seguiu à sua votação na Assembléia Geral de 68, uma vez que o texto aprovado foi assumido pelos Superiores Maiores como texto a ser estudado e aprofundando nas bases das próprias Ordens ou Congregações.

O histórico do texto e do processo que ele desencadeou entre os religiosos, consta da introdução ao anteprojeto de texto, apresentado para estudo na Assembléia Geral: “Como organismo a serviço das Ordens ou Congregações do Brasil, a CRB crê seu dever convidá-las a uma reflexão nacional sobre a teologia e espiritualidade da VR no momento em que choques de mentalidade, insatisfação ante as estruturas, interrogações sobre a eficácia da ação apostólica dos religiosos, crise vocacional, trazem aos Provinciais e Superiores Maiores novos e angustiantes problemas (...). O texto proposto hoje pela Diretoria Nacional para estudo, votação e aprovação dos Superiores Maiores é fruto de uma longa e intensa reflexão sobre a vida religiosa nas condições concretas do Brasil.”

O caráter teológico do texto é manifesto, desde que entendamos a Teologia como “intellectus fidei”, i.e., como busca de compreensão de todas as causas na luz do mistério

de Deus e de sua comunicação com os homens. Refletindo sobre o mundo e sobre a convivência humana, descobrimos que o Povo de Deus é conduzido pela Palavra e pelo Espírito de Deus na luta incessante contra o pecado e na busca de uma plenitude de vida.

O texto articulava-se em quatro capítulos:

— O primeiro procurava configurar os processos sociais existentes no “mundo de hoje”, situando a vida religiosa no seio de uma Igreja em renovação.

— O segundo abordava a situação concreta do Brasil de 1968: a ânsia pelo desenvolvimento, em choque com obstáculos de toda ordem. E perguntava qual a tarefa que compete ao Religioso num país que deseja e pode desenvolver-se.

— O terceiro considerava a VR em si mesma, através do seu caráter comunitário, cujas raízes profundas se situam no próprio mistério de Deus. Insistia em que as casas religiosas devem propiciar as condições e estímulos indispensáveis para que os religiosos sejam pessoas realizadas, capazes de se integrar no processo de desenvolvimento do país, e para que o seu testemunho na pobreza, castidade e obediência seja reconhecível pelo povo a caminho de sua plenitude histórica.

— O quarto capítulo, finalmente, enfocava a vocação e a formação em vistas do processo de desenvolvimento.

Quanto ao objetivo pretendido, o texto assim se expressava: “Procura-se um caminho de autêntica renovação. No conhecimento cada vez

mais profundo da realidade social que a todos envolve, e no conhecimento cada dia mais existencial do Evangelho, a Igreja e nela a VR encontrarão os marcos que definem sua caminhada histórica para a consumação final” (38).

A marca da época transparece não só na materialidade de um texto carregado de referências aos documentos conciliares, mas no espírito entusiasta, típico daqueles anos, no estilo do documento e nos temas abordados. É a descoberta teórica do mundo, que permite e exige uma compreensão diferente da Vida Religiosa e levará de fato ao “aggiornamento”. Mas o centro de gravidade é ainda a própria vida religiosa “ad intra”. Não se pode esquecer que, na ocasião, o Brasil vivia um dos momentos mais duros da repressão política. Alguns religiosos experimentavam já as conseqüências do seu compromisso com a causa do povo. A Igreja, com o documento da Comissão Central da CNBB de 1967, “Missão da hierarquia Católica no mundo de hoje”, iniciara uma linha de denúncia profética que se faria cada vez mais explícita com o desenrolar dos acontecimentos.

O documento da Assembléia toca só indiretamente esta candente questão. Seu eixo articulador é o “desenvolvimento”, e é nesta linha que o texto coloca questionamentos e desafios para a missão profética dos Religiosos.

A declaração dos Superiores Maiores no final da Assembléia foi mais explícita e mais incisiva: “Os religiosos, comungando com as mais profundas aspirações dos povos por

uma sociedade baseada na justiça e na fraternidade, participem com discernimento e coragem, dos movimentos de conscientização do povo e de pressão moral no sentido das transformações sociais baseadas na justiça e na fraternidade". "A fim de não favorecermos com nosso apoio situações injustas de estruturas e pessoas, propomos fazer uma revisão de nossas relações com aqueles que detêm o poder político e econômico, rejeitando compromissos que nos advenham dos privilégios e ajudas que buscamos e recebemos" (39).

Com a aprovação do texto — "A Vida Religiosa no Brasil hoje" —, a declaração final dos Superiores Maiores e as demais decisões da Assembléia Geral de 68, a CRB entrava numa fase de decidida animação e dinamização das diretrizes conciliares, visando à renovação da VR.

Numa carta aos Srs. Cardeais, Arcebispos e Bispos do Brasil, em outubro de 1969, o Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ, novo Presidente da CRB, expunha a nova política de ação da CRB e suas prioridades para os próximos anos, entre as quais se incluía a reflexão pela qual "a vida religiosa, sua teologia, sua inserção na Igreja, sua irradiação no mundo, sejam continuamente repensadas com a desejada profundidade, à luz do Vaticano II" (40).

Na mesma carta, Pe. Marcello explicava também a reestruturação administrativa realizada na Conferência, para dar cumprimento às determinações da Assembléia Geral, visando o melhor desempenho de sua

Missão específica, e que, em síntese, consistia nestes pontos:

— A separação nítida entre a CRB propriamente dita e os serviços de ordem material por ela prestados como fonte de recursos.

— A necessidade de dar uma estrutura própria e racional a cada um dos serviços prestados pela CRB, tornando-o singularmente auto-suficientes e independentes uns dos outros.

— A necessidade de enquadrar todos esses serviços dentro da legislação vigente no país (41).

Outro importante aspecto da atuação da CRB neste momento foi a assessoria teológica e jurídica aos Capítulos Especiais que, por determinação do Motu Proprio "Ecclesiae Sanctae", as Congregações religiosas começavam a realizar, em âmbito provincial e geral.

4. Características deste período

Um duplo movimento de signo oposto caracteriza este período, configurando-o como inevitavelmente tensional.

Por um lado, a descoberta da Igreja Local com a conseqüente participação dos Religiosos na vida e missão da Igreja, e a descoberta do mundo moderno com todas as conseqüências que se seguiram, desencadearam um processo de abertura, de superação de antigas barreiras, de agilização e flexibilização de estruturas, inédito na vida religiosa. Em poucos anos introduziram-se mudanças num modo de viver que tinha resistido durante séculos aos embates dos acontecimentos. Proli-

feraram as experiências de vários tipos, e se multiplicaram as iniciativas de caráter renovador.

Por outro lado, a novidade do processo, o ritmo acelerado das mudanças, a complexidade dos desafios provocaram não poucas resistências, manifestadas em apego às formas tradicionais, rejeição do novo, “conflito de gerações”, oposição sistemática às mudanças, e fizeram surgir uma série de impasses.

No interior das Congregações, o entre-choque das mentalidades, os diferentes ritmos na assimilação do Vaticano II, as diferentes concepções de Vida Religiosa, a desigual captação das transformações em curso, geraram tensões muitas vezes profundas e dolorosas.

A CRB, que se propusera ajudar as Congregações nesta caminhada, e criar condições para que a renovação da vida religiosa pudesse efetivar-se no Brasil, teve também que pagar o preço da sua posição pioneira.

Em julho de 1969, através de alguns Bispos, chegou às mãos do então Presidente da CRB, Pe. Marcello Carvalho de Azevedo, SJ, um informe da Sagrada Congregação dos Religiosos (Prot. n.º A.G. 2585/68), datado de 4 de janeiro de 1969 e assinado por D. G. Nardin. O documento tinha o título geral de “Aspectos alarmantes da vida religiosa no Brasil”, e se dividia em 5 tópicos sob os títulos seguintes: a) “fontes de informação”; b) “alguns erros mais difundidos”; c) “atitudes da CRB”; d) “outras pessoas e situações embaraçosas”; e) “sugestões para remediar-se a situação”.

O documento, depois de citar as fontes informantes, passava a fazer uma série de denúncias e acusações, em cada um dos 5 tópicos, inclusive sobre as pessoas que compunham a Diretoria e as assessorias da CRB. O texto da Assembléia Geral de 68 — “A Vida Religiosa no Brasil hoje” — havia sido enviado a Roma nas suas 3 fases de redação, e era alvo de violenta crítica. Entre as medidas para remediar a situação, sugeria-se uma intervenção de Roma na CRB; a substituição dos quadros dirigentes por outros de orientação segura; a divisão da Conferência em masculina e feminina, tendo esta a tesouraria e a secretaria em comum com a masculina, mas devendo ter direção responsável diferente e assembléia própria (42).

Posteriormente, o documento foi publicado em revistas européias e só então a SEDOC publicou o assunto de forma complexiva: — o documento da Sagrada Congregação e a resposta da Diretoria da CRB, que consistia de uma carta do Presidente, Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, dirigida ao Prefeito da Sagrada Congregação para os Religiosos, Cardeal Ildebrando Antoniutti, e de um longo texto respondendo a cada item da acusação.

Este fato ilustra bem como a renovação da Vida Religiosa no Brasil naqueles anos foi tensional e como a superação dos impasses exigiu uma forte dose de lucidez e de coragem evangélicas, aliadas a uma grande capacidade de perdão e de reconciliação.

IV. A CRISE ECONÔMICA E FINANCEIRA DA CRB, SUAS CONSEQÜÊNCIAS E INCIDÊNCIAS NA CAMINHADA DA VIDA RELIGIOSA NO BRASIL (1970-1984)

Na opinião de alguns observadores, a CRB, no início da década de 70, enfrentando-se com a enorme crise econômica e financeira que sobre ela se abateu, e superando-a, nasceu de novo, passou por uma 2.^a fundação. Foi tal o volume do problema, que atingiu todas as dimensões internas da Conferência, ameaçando-a seriamente, e se projetou em âmbito eclesial e social, minando de forma devastadora a sólida base de credibilidade construída pela CRB ao longo dos 17 anos de existência.

O desdobramento da crise por sete anos consecutivos, levou ao sacrifício de todo o patrimônio imobiliário e mobiliário da CRB, e ao encerramento de suas atividades na área não especificamente religiosa, excetuada apenas a procuradoria.

Somente uma ação lenta e paciente, conduzida com perseverança e dedicação integral por uma equipe apoiada fortemente por Províncias e religiosos de todo o Brasil, permitiu sanear radicalmente todos os ângulos da crise, restabelecer a credibilidade da CRB no Brasil e fora dele, na Igreja e fora dela, e relançá-la inteiramente nova e orientada totalmente para a sua missão (43).

Por isso estruturamos esta última parte do artigo em torno a dois eixos principais:

1. A crise e sua superação.
2. O relançamento da CRB para a sua missão específica e sua inci-

dência na caminhada da VR no Brasil, sob o signo de Medellín e Puebla.

De fato, os dois aspectos são simultâneos e, muitas vezes, interrelacionados. Mas a natureza diferente dos mesmos permite distingui-los para facilitar uma visão mais clara deste último período.

1. A crise e sua superação

Em outubro de 1970 a CRB conheceu a mais dolorosa experiência da sua história. Devido a erros administrativos que se precipitaram nesta fase, revelou-se uma crise econômica e financeira de vastas proporções, que causou ingentes prejuízos a muitas congregações religiosas, e levou à borda do colapso a própria CRB (44).

“No final de 1968, a CRB contratara uma firma especializada “NOR ASS”, para análise e reestruturação da parte administrativo-econômico-financeira. Esta análise da manutenção da CRB levou a Diretoria a uma revisão das funções da Comissão Executiva, buscando atribuir tarefas específicas a cada pessoa, para que o objetivo da CRB, promoção, animação e coordenação da VR, se fizesse sempre mais presente” (45).

Em carta aos Srs. Cardeais, Arcebispos e Bispos, em outubro de 69, Pe. Marcello Azevedo, Presidente eleito na Assembléia Geral de 68, comunicava as mudanças operadas na CRB:

“A 3 de outubro de 1970, a Diretoria Nacional da CRB descobriu o caos administrativo e contábil, financeiro e econômico, a que foi levada a Conferência pela má gestão de propostos seus, à revelia da Diretoria Nacional e com positiva deformação das informações que lhe eram devidas. Todo o processo de destruição se desenrolou rapidamente, em pouco mais de 3 meses, julho, agosto e setembro de 1970” (46).

Em outra carta aos Srs. Cardeais, Arcebispos, Bispos e Prelados do Brasil, datada de 18 de dezembro de 1970, portanto 3 meses depois da eclosão da crise, Pe. Marcello C. de Azevedo enumerava os seguintes motivos que, a seu ver, precipitaram a crise:

— Excesso de encomendas junto aos fornecedores, por parte da Gerência Operacional, sobretudo nos três meses mencionados, gerando compromissos de 90 a 120 dias, enquanto a mercadoria seria vendida em prazos de 12 a 24 meses.

— Para fazer frente a estes débitos, a Gerência Financeira recorreu, sem qualquer consulta à Diretoria Nacional e, portanto, sem sua aprovação, necessária nos termos dos Estatutos, ao crédito bancário, que, por sua natureza, é um dinheiro caro e obtido, em geral, em prazos relativamente curtos.

— Como garantia de tais operações ofereceram-se aos Bancos as duplicatas das vendas de mercadorias das Filiais. Conseqüência disto foi a imobilização destas duplicatas nos Bancos. Por um lado, eles não as descontavam e, por outro, não

se dispuseram a cobrá-las por serem, na sua maioria, de praças que não a Guanabara. Retendo-as, porém, como garantia, ficou também impedida a cobrança direta, em tempo hábil (47).

Conhecida a situação, a Diretoria Nacional, juntamente com o Presidente, passou praticamente todo o mês de outubro em reunião permanente, com a ajuda de assessores qualificados, acompanhando e ativando o trabalho da Auditoria que havia sido contratada em fins de setembro. Tomou todas as providências necessárias e cabíveis para fazer frente a tão grave problema. Foi levantada a hipótese de uma Assembléia Geral Extraordinária, que foi descartada em razão de dificuldades de ordem prática que a faziam quase que inviável. Foram então convocadas Assembléias Regionais Extraordinárias para o mês de novembro em vários Regionais. Nestas Assembléias, além da informação ampla e pormenorizada sobre a situação, foram tomadas importantes decisões que respaldavam a atuação da Diretoria Nacional.

Havia naquele momento, a esperança de que até a Assembléia Geral Ordinária, convocada para julho de 71, a situação estivesse sob controle.

Durante esta Assembléia Geral Ordinária os Superiores Maiores foram de novo informados detalhadamente do andamento da situação, através de um minucioso relatório, que incluía também as propostas da Diretoria para o prosseguimento do trabalho de saneamento da crise.

As duas propostas da Diretoria Nacional — de um lado, o plano financeiro para a superação extra-judicial da crise da CRB, e, de outro, a organização de um Fundo de Manutenção dos futuros programas de animação e promoção da Vida Religiosa — foram objeto de cuidadoso exame por parte da IX A.G.O., que contou com a variosa assessoria e colaboração de um grupo de aproximadamente trinta Ecônomos Provinciais, para este fim especialmente convocados.

Depois de longos debates, marcados por diversos momentos de dramática angústia, a IX A.G.O. se decidiu, mediante votação explícita, com apenas um voto contra, pela solução extra-judicial da crise econômica da CRB, e pela constituição de um Fundo de Manutenção que atendesse não só aos futuros programas de animação e promoção da Vida Religiosa, mas também à suplementação de numerário em ordem a evitar novos levantamentos de empréstimo. Foram outorgados à Diretoria Nacional os suficientes e necessários poderes para, neste sentido, tomar providências cabíveis, seja em ordem à superação da crise da CRB, seja em ordem à constituição de um fundo de manutenção. Entre estas providências constavam as seguintes:

“Suspende, desde já e em definitivo, toda e qualquer atividade comercial da CRB, quer direta quer indiretamente, e, em seguida, tão logo isto se tornasse juridicamente possível, extinguir as empresas criadas, mediante o cancelamento dos respectivos registros junto aos competentes órgãos públicos, ou, se

eventualmente viesse a ser viável, alienar o controle acionário das mesmas empresas.”

“Estabelecer normas e critérios, com o objetivo de evitar que o sistema de administração do Fundo de Manutenção empreste à CRB novamente a figura de uma firma comercial, em desabono de sua finalidade exclusiva de promoção e animação da Vida Religiosa no Brasil” (48). Este fundo foi criado no dia 3 de dezembro de 1971, como “sociedade civil, de direito privado, sob a denominação ELO — Cooperação e integração”, e se rege por estatutos próprios.

O problema parecia definitivamente encaminhado. Entretanto, as proporções da crise e as dificuldades encontradas no momento de operacionalizar as decisões tomadas e os planos elaborados, fizeram com que a situação se prolongasse ainda vários anos, exigindo da Diretoria Nacional, dos Assessores especializados e, sobretudo do Presidente, inteira dedicação e um trabalho penoso e exaustivo. Merece ser destacada aqui a figura do Presidente Pe. Marcello de Carvalho de Azevedo que, munido de humildade e de coragem a toda prova, colocou todos os dotes da sua rica personalidade a serviço exclusivo da causa que assumira em plena responsabilidade: — superar a crise por via extrajudicial, evitando a falência da CRB, e deste modo viabilizar o relançamento da Conferência, de uma forma totalmente nova, para o desempenho dos seus objetivos específicos.

Segundo o seu depoimento, “este período, conhecido na Conferência

simplesmente como a crise, foi paradoxalmente, o acontecimento central da história da CRB. Constituiu-se sem sombra de dúvida, na mais profunda experiência espiritual que a CRB viveu em cada um de seus membros e sobretudo em cada um daqueles que a dirigiram e serviram diretamente. Foi um válido e palpável dom do Espírito à vida religiosa no Brasil, neste período. Esta fase foi marcada por uma profunda pobreza espiritual e material, por uma radical humilhação e desconfiança e, conseqüentemente, pelo esvaziamento de toda e qualquer modalidade de prestígio e de poder, sob qualquer aspecto, na Igreja ou fora dela” (49).

Nesta difícil conjuntura, o P. Marcello teve o apoio irrestrito da Diretoria constituída e do Secretário Executivo, Fr. Constâncio Nogara OFM que, em estreita sintonia com o Presidente, assumiu com grande dedicação e competência a dinamização da CRB, na sua dimensão de animação da Vida Religiosa.

Durante a Assembléia Geral de 74 e depois de heróico esforço para contornar dificuldades de toda espécie, e levar adiante o propósito de superação da crise pela via extrajudicial, Pe. Marcello apresentou aos Superiores Maiores um detalhado relatório de mais de 100 páginas, intitulado: “Relatório das providências tomadas pela Diretoria Nacional, em cumprimento às deliberações da IX Assembléia Geral Ordinária, em ordem à superação extrajudicial da crise econômico-financeira da Conferência dos Religiosos do Brasil” (50). A crise estava praticamente superada, conforme se

deduz dos dados apresentados. Restavam apenas algumas providências de pequeno porte a serem tomadas, para a superação definitiva e total da crise em todas as áreas em que ela se manifestou. A informação era exaustiva e convincente, e suscitou aplauso e admiração da Assembléia. Três anos mais tarde, na Assembléia Geral de 77, Pe. Marcello deixava o cargo de Presidente da CRB, que desempenhara durante 9 anos, os mais adversos na história da Conferência, entregando a administração da mesma sem nenhum vestígio da drástica situação que lhe tocou assumir e superar. Foi substituído pelo P. Décio Batista Teixeira, Salesiano, que durante os anos da crise colaborara direta e intensamente com o P. Marcello, no cargo de Vice Presidente da CRB, e que, com decisão e firmeza, irá potenciar os novos rumos da Conferência, abertos precisamente nos anos tumultuados e decisivos da crise.

2. O relançamento da CRB para a sua missão específica, e a caminhada da VR no Brasil sob o signo de Medellín e Puebla

A 10 anos de distância, podemos dizer que a crise econômico-financeira da CRB teve de fato, a função de crise, no sentido etimológico do termo: levou a uma purificação e a um crescimento. Em 1.º lugar levou a CRB a uma rigorosa reorganização administrativa que incluía, além da redefinição de atribuições de titulares e funcionários, o pontual atendimento às exigências de uma moderna organização e da legislação

vigente em todos os níveis. Foram supressos todos os serviços de tipo comercial — “Unilojas”, “Exitur” —, conservando-se apenas a Procuradoria, também ela profundamente reorganizada.

Mas, sobretudo, a crise levou a CRB a reformular-se inteiramente em relação à sua própria identidade, e a colocar-se totalmente em função do seu objetivo específico: “Promover e animar a Vida Religiosa no Brasil e coordenar as atividades que visem este objetivo”. E aqui a tarefa é imensa. Precisamente nos 7 anos de superação da crise e de reestruturação administrativa, a CRB teve aumentado de modo substancial o volume dos seus projetos e promoções na área específica da Vida Religiosa.

É que precisamente então, a Vida Religiosa no Brasil entrava numa das suas fases de renovação mais intensas, na busca constante de um caminho aberto ao futuro, sob o impacto do processo histórico e das grandes opções da Igreja no Brasil e no continente, e sempre profundamente enraizado na grande e melhor tradição da mesma Vida Religiosa.

Os dois grandes acontecimentos eclesiais do Continente nesta época — Medellín em 68 e Puebla em 79 —, com o dinamismo que suscitaram e desenvolveram nos vários setores da Igreja, vieram questionar também a VR na sua globalidade, colocando novos desafios, especialmente para a sua dimensão profética e as suas práticas.

Precisamente por captar esta realidade, a CRB, na pessoa do seu

Presidente, criou em 1971 a Equipe de Reflexão Teológica da CRB Nacional, agrupando 12 teólogos religiosos de categoria, com a tarefa de tentar pensar com amplitude as questões suscitadas pelas bases, e acompanhar com a reflexão os novos rumos da caminhada dos Religiosos.

É interessante perceber como, seguindo-se o fio condutor das reflexões deste grupo, ao longo dos seus 15 anos de existência, refaz-se nos seus grandes traços, o itinerário da VR entre nós, e das suas tentativas de, a partir do seu núcleo fundamental, situar-se na Igreja e relacionar-se com o mundo de forma nova, atenta aos sinais dos tempos.

2.1. Secularização e identidade da Vida Religiosa

Já vimos como a problemática da descoberta da Igreja Local e da inserção na Pastoral de Conjunto se coloca para os Religiosos do Brasil, antes mesmo de iniciar-se o Vaticano II, por influência do Plano de Emergência, produzindo já certas aberturas na Vida Religiosa. Vimos também como, nos anos posteriores ao Concílio, entra a temática da secularização que vai determinar um lento mas persistente processo de mudanças nas formas externas de viver dos Religiosos, e que encontrará uma ressonância teórica significativa no documento “A Vida Religiosa no Brasil hoje”, texto polémico e significativo do momento em questão.

Ambas as problemáticas invadem a década dos 70, configurando uma crise na identidade da Vida Religiosa. Criara-se uma consciência nova

face ao mundo e face à Igreja, frente às quais a VR precisava se auto-definir (51).

Esta problemática, que assumiu o caráter de “modernização” da VR como antes indicamos, foi, durante algum tempo, objeto de reflexão dos teólogos da CRB. Na IX Assembléia Geral, em 1971, um dos temas de reflexão foi precisamente “Vida Religiosa e Secularização”, e outro, “Vida Religiosa e testemunho público”. O aprofundamento na identidade da Vida Religiosa a partir destes questionamentos levou a perceber que a identidade do Religioso se afirma precisamente na convivência e no confronto com outros carismas eclesiais e que a consagração religiosa não significa apenas reserva para Deus, mas também e com a mesma força, um envio por parte de Deus no meio dos homens. Deus tira do mundo para enviar mais profundamente ao mundo. Ser consagrado a Deus implica principalmente sentir-se consagrado por Deus num serviço da Igreja e do mundo.

Em bem da verdade é preciso lembrar porém, que entre nós o fenômeno da secularização não teve o mesmo alcance nem as mesmas implicações que nos países do primeiro mundo. Se é certo que não foi só algo episódico, no fundo dispensável, é certo também que a teologia da secularização, entre nós, nunca foi dominante, nem constituiu, como em outros países, a chave única de leitura da sociedade moderna. Interferia aqui a presença de outro dado da realidade: o submundo dos pobres.

A reflexão e as práticas eclesiais suscitadas e alimentadas pelo acontecimento eclesial de Medellín orientaram-se decididamente nesta direção.

Nesta mesma Assembléia de 71, e suposta já a caminhada de inserção na Igreja local, a questão foi explicitada e debatida, com a presença de D. Valfredo Tepe. Chamou-se a atenção para o fato de que a Vida Religiosa não está destinada a fazer qualquer suplência, mas, a partir do seu carisma, mais da ordem da vida que da organização, da profecia que da institucionalidade, tornar presente o Absoluto de Deus e a destinação escatológica de todos os cristãos. Os impasses mais experimentados naquele período pelos que viviam esta inserção, eram: o risco do nivelamento dos carismas, com a redução do religioso a agente de pastoral, e o risco da domesticação da Vida Religiosa pela própria Hierarquia, e, para a Vida Religiosa feminina, o risco de uma nova forma de clericalização da vocação religiosa.

2.2. Missão profética da Vida Religiosa

Na medida em que a Vida Religiosa se inseria na Igreja local e na sociedade, colocava-se para ela, simultaneamente e com mais agudez, a questão da sua Missão profética, num contexto conflitivo. O tema da Assembléia Geral de 74 foi exatamente “A Missão profética do Religioso hoje”. Com isto se definia a orientação de fundo, relativa à profecia interna à Igreja, radicalizando as exigências evangélicas, e interna à sociedade, vivendo antecipadamen-

te uma utopia de fraternidade e serviço, que é ao mesmo tempo anúncio e denúncia, que a torna socialmente significativa e lhe confere teor crítico.

Esta nova consciência da Missão — entendida prioritariamente como envio e, mais concretamente, como envio ao empobrecido e injustiçado da nossa realidade, levou a VR a querer reencontrar seu lugar dentro de uma Igreja que não só mudara a sua relação com o mundo, mas que começava a se converter a uma nova maneira de ser Igreja sobretudo nas comunidades eclesiais de base.

A percepção do submundo dos pobres colocou uma pergunta angustiante para os Religiosos: de que lado estamos nós? A quem servimos com nossa missão? Que interesses defendemos?

A assimilação de Medellín veio reforçar estes questionamentos, ajudando os religiosos a compreender os mecanismos geradores desta situação estrutural de miséria coletiva, e a querer situar-se, com sua Missão, de maneira crítica e evangélica, na realidade ambígua e conflitiva em que se inseriam. Foi nesta época que, como ressonância da *Evangelii Nuntiandi* (1975), se produziram na Equipe de Reflexão Teológica bons textos sobre a evangelização libertadora, seja em referência ao sistema capitalista imperante, seja em articulação com a Igreja local, seja em atenção especial à religiosidade popular.

Nesta época também intensificou-se o processo do deslocamento de forças apostólicas, em direção às

áreas mais necessitadas do país. Este processo foi objeto de pesquisa e acompanhamento por parte da CNBB e da CRB. O resultado da pesquisa foi publicado sob o título "Colaboração inter-eclesial no Brasil", na coleção "Estudos da CNBB", n.º 39.

O fenômeno das Comunidades inseridas nos meios populares tomou um grande impulso, ultrapassando a fase dita das "experiências", para ir-se constituindo numa verdadeira alternativa de viver o projeto religioso, em total coerência com suas raízes evangélicas.

2.3. Os Religiosos na realidade eclesial e social de hoje

A inserção profética na realidade levantou para os Religiosos questionamentos sobre a sua presença e a sua prática nesta realidade. Esta foi a grande questão que ocupou a Assembleia Geral de 77, com a temática "A Realidade Nacional e Eclesial do Brasil hoje e a presença dos Religiosos nela", abarcando a dimensão histórica, sociológica, política, econômico-financeira, cultural, eclesial e de vida religiosa. Sobre esta análise e interpretação se operou o juízo teológico e se buscaram pistas para melhor situar a práxis dos religiosos a partir da sua identidade.

Tratava-se de uma leitura da realidade a partir da ótica dos pobres, em certo sentido antecipando-se às conclusões de Puebla. E a conclusão se impunha: a opção religiosa deverá ser uma práxis libertadora, reforçando o pólo mais fraco que é aquele dos pobres, seja com a pre-

sença evangelizadora no meio deles, seja buscando reorientar as próprias obras e instituições para esta funcionalidade. Evidentemente tal postulado continua provocando muitas crises, mas constitui um consenso teórico vastamente secundado pela Vida Religiosa animada pela CRB.

2.4. As opções de Puebla e as práticas dos Religiosos no Brasil

Não basta a análise da práxis como atuação global, embora seja imprescindível. Também as práticas concretas, nos distintos setores e dimensões, devem ser avaliadas e estudadas. Este é precisamente o aspecto mais imediato e que, portanto, invade o dia a dia do religioso, preocupado com atualizar, nas mediações concretas, suas grandes opções de fundo. A XII Assembléia Geral, em 1980, tentou ajudar os religiosos a fazer isto, ainda sob o impacto de Puebla, concentrando-se em três temas: — “opção preferencial pelos pobres”; — “opção pelos jovens”; — “vida religiosa inserida”. Frei Leonardo Boff, OFM, explicando este processo, assim se expressa:

“Como se depreende, a reflexão incide sobre práticas concretas, dentro de conjunturas bem definidas. Superou-se a perspectiva empírica que apenas vê os fenômenos em si mesmos sem o seu enlaçamento no sistema. A análise do sistema fica como algo já conquistado e pano de fundo que orienta a análise das situações concretas, onde os religiosos são chamados a uma presença de libertação e de testemunho profético. Especialmente a inserção nos

meios populares recebe especial ênfase, pois mais e mais a Igreja toda se encontra num processo de deslocamento do centro para a margem. Muitos religiosos se encontram na base da Igreja, junto à pastoral popular, no seio de comunidades eclesiais de base. Abre-se aí um caminho novo para a Vida Religiosa, de enriquecimento do carisma fundamental e servindo à fé e à esperança dos mais pobres. As conseqüências que este ensaio trará à Vida Religiosa são ainda imprevisíveis. O que poderemos avançar é certo: emergirá uma Vida Religiosa mais evangélica, pobre, solidária com a caminhada do povo e com forte densidade espiritual” (52).

Em todo o processo de renovação da Vida Religiosa nestes anos, a CRB teve uma atuação marcante, embora sempre subsidiária. Isto não só através da Equipe de teólogos, mas através de uma ampla e pertinente rede de iniciativas e atividades que constitui a sua chamada “programação religiosa”. Já aludimos ao papel importante que a CRB desempenhou, através de suas assessorias, na realização dos Capítulos Especiais de Congregações, sobretudo femininas. Ao longo destes anos, e atendendo aos apelos da realidade, foram mantidos ou criados e dinamizados grupos de reflexão e de intercâmbio de experiências nas áreas da educação, saúde, profissionalização, VR inserida nos meios populares, formação inicial e permanente. Numerosos foram os Seminários realizados nas diferentes áreas. Por sua importância e repercussão nacional e internacional, merecem destaque algumas destas iniciativas: a formação inicial intercongregacio-

nal, que vem das origens mesmo da CRB; o CETESP (Centro de Estudos Teológicos e Espiritualidade), visando a formação de lideranças para as Congregações; e o PRO-FOCO (Programa de Formação para Contemplativas), visando o “aggiornamento” e a formação das Religiosas de vida contemplativa. Neste último caso, trata-se de iniciativa pioneira e, pelo que conhecemos, única no mundo.

Os relatórios trienais apresentados pelo Presidente ou pelo Secretário Geral em cada Assembléia Geral, apresentam de forma bastante expressiva esse ingente esforço de dinamização e animação dos Religiosos no Brasil.

3. Características deste período:

3.1 — A redefinição do lugar social da Vida Religiosa

A vida Religiosa no Brasil está passando nestes últimos anos, sobretudo pelo impacto de Medellín e Puebla, por um verdadeiro deslocamento do “centro” para a “periferia”.

O movimento caracterizado como “inserção nos meios populares” tem sua origem, como vimos, sobretudo na segunda metade da década dos anos 60, com o fenômeno que então se denominou das “pequenas comunidades”, ou das “experiências”. Passando por um processo evolutivo, cujas fases guardam entre si uma inter-relação orgânica, este movimento apresenta-se hoje como uma nova alternativa de viver o projeto religioso. A CRB procurou acompanhar este processo com a

pesquisa e com seminário de estudo (53). Publicou também interessantes subsídios de reflexão (54).

No Nordeste, realizaram-se dois encontros das Comunidades inseridas — o primeiro em 1981 e o segundo em 1984 —, que tiveram muita repercussão em todo o país. Neles não só se analisa, senão que se celebra a caminhada destes grupos. O conteúdo do primeiro encontro foi publicado com o título “Caminhada das pequenas comunidades”.

A “novidade” que caracteriza o fenômeno “parece consistir em que, pela primeira vez, este processo é captado como uma totalidade histórica, e já emergiu a consciência explícita de que as mudanças pelas quais atravessou a VR são mais do que adaptações ou reformas. É a tomada de consciência histórica de um começo novo: a VR deixa de se compreender a partir de si mesma para recriar-se e configurar-se (humana, espiritual e estruturalmente) em função da missão, isto é, afirmando a sua originalidade como uma maneira cristã de existir (na Igreja e na sociedade) e adaptando, em função disto, as suas “tarefas” como exigências apostólicas de uma opção evangélica sociologicamente determinada: a inserção decidida num meio social e no projeto histórico — necessariamente inacabado — de uma sociedade concreta, dentro da qual se ousa tentar viver o compromisso religioso (55). É precisamente a partir deste processo que se pode falar em redefinição do lugar social da Vida Religiosa.

Trata-se, antes de tudo, de uma nova maneira de a Vida Religiosa

estar presente e relacionar-se com a sociedade, a partir, decididamente, dos pobres e oprimidos, isto é, de uma nítida mudança nas práticas dos religiosos.

Neste sentido, a inserção nos meios populares, com tudo que significou, é, ao mesmo tempo, causa e consequência de uma dupla tomada de consciência por parte dos Religiosos: a tomada de consciência do submundo dos pobres, isto é, da pobreza como "empobrecimento", com resultado de uma sociedade estruturalmente injusta, e a tomada de consciência da própria prática como prática social, isto é, do caráter interessado desta prática em relação ao conjunto da sociedade, a favor de determinados grupos ou forças sociais. O "outro não religioso" e, mais concretamente, o "outro empobrecido" aparece como agente socializador da Vida Religiosa. A relação é mútua e dialética: — ao mesmo tempo em que a Vida Religiosa se compromete com o "outro empobrecido", é levada a tomar consciência do seu papel na sociedade, e a questionar-se, sendo levada também, por esta mesma tomada de consciência e questionamento, a comprometer-se mais decididamente numa prática pastoral com nítida percepção do caráter conflitivo e dissimétrico da sociedade, visando à transformação da realidade, em direção a um ideal de justiça e fraternidade para todos.

Neste processo podem se distinguir diferentes passos ou momentos: o dos interesses, o das experiências, o da inserção.

— No primeiro caso passa-se a optar pelos interesses sociais dos

pobres e oprimidos, o que supõe logicamente, uma separação e negação dos interesses das classes dominantes. Neste sentido são conhecidas iniciativas de um setor de Religiosos, de colocar suas obras e instituições, de fato, a serviço dos interesses dos empobrecidos.

— O 2.º caso exprime-se através da busca de experiências concretas de viver o lugar do pobre. As experiências têm consequências seja na ordem do conhecimento dos problemas e interesses dos pobres, seja na ordem do compromisso efetivo. No primeiro aspecto, servem de corretivo a muitos vícios burgueses de compreensão e valoração da realidade... No segundo aspecto, confirmam a opção pelos pobres através da vivência concreta.

— O terceiro caso implica uma saída do próprio lugar social para assumir o lugar social do empobrecimento com todas as consequências. — É mais que uma solidariedade afetiva; é o compromisso real e efetivo com a causa e a luta do pobre; compromisso este que só é possível por uma presença permanente que, vivida como experiência de fé e interpretada à luz da análise crítico-científica (não ingênua) da realidade, produz uma verdadeira conversão: o religioso é capaz de reconhecer e dar nome à ideologia que mascarava até então a sua visão da realidade, e de abrir-se para uma compreensão da história e da sociedade vistas a partir da perspectiva dos oprimidos.

Assim entendida, a mudança do "lugar social" constitui-se numa autêntica opção de fé através da qual se vivencia a radicalidade evangélica

do projeto religioso. Constitui-se num verdadeiro processo de conversão, de despojamento, de êxodo espiritual, alimentado pela Esperança no Deus da libertação (56).

3.2 — A busca de uma nova espiritualidade

As transformações que levaram a VR no Brasil a uma redefinição na sua autocompreensão e nas suas práticas, levaram, e estão levando, também à vivência de uma nova espiritualidade que, mergulhando suas raízes na mais lídima tradição espiritual da Igreja e da VR, responde aos desafios da nova situação, e possibilite aos Religiosos uma constante escuta do Espírito e um discernimento lúcido dos caminhos do Senhor nas contradições da história. Ainda que esta busca esteja dando passos iniciais, já se podem identificar alguns traços desta espiritualidade (57):

a) — **Rezar a vida:** Para as pessoas que já assumiram esta nova forma de orar, a oração vem sempre caracterizada como “viva”, “sentida”, “vivencial”, “engajada”, “inserida”, “não-alienada”. Dá-se aí a integração oração-vida proposta por Puebla (cfr. 727, 729, 760). Há uma fórmula que exprime esse estilo novo de oração enquanto integrada na vida: “rezar a vida”, “colocar a vida diante de Deus”. A oração é exatamente isso: a exposição da existência face a Deus; é viver, proclamar, gritar a própria realidade em face do Senhor. É assim que aparece a oração na Bíblia: nos Salmos, nos Profetas e especialmente em Jó.

b) — **Mística evangélica das bem-aventuranças:** O otimismo da fé popular, sustentado no seio de uma vida o mais das vezes trágica, edifica e nutre a fé das próprias Comunidades. Não lhes passa despercebido que o Povo, ainda que na pior situação, tem expressões como estas: “Nossa situação vai melhorar”, “Com fé em Deus tudo se alcança”, “Só mesmo com Deus e mais ninguém”, “A gente vai conseguir, se Deus quiser”, etc.

Notem-se aí dois traços: primeiro, esse contentamento secreto e realmente “do outro mundo”, que se experimenta no seio das situações mais precárias, é a alegria das bem-aventuranças que se afirma sobre o mundo das contradições e que é a essência mais íntima do Evangelho, perene Boa Nova para os pobres. E o que exprimiu S. Paulo quando disse: “Somos considerados como tristes, nós que estamos sempre alegres” (2 Cor 6,10).

Depois, observa-se essa confiança radical e profunda em Deus, o Javé dos “anawin”. Esses pobres, não tendo onde se agarrar, agarram-se em Deus, e nele encontram a coragem e a resistência nas situações mais adversas da sua existência.

c) — **A energia pascal:** A alegria das bem-aventuranças vem da energia pascal. Pois uma e outra são essencialmente paradoxais. Experimentam-se sempre em contraste: a primeira em contraste com a opressão, a segunda em contraste com a morte. Mas no fundo é sempre a mesma realidade — a realidade alegre do Reino, a força escatológica do mundo definitivo, experimenta-

da já dentro desse "sistema mau" (Gál 1,4).

Nesta perspectiva, a Cruz de Cristo não é mero dolorismo piedoso, é realidade do dia a dia. A Ressurreição ganha novas dimensões. A VR em processo de encarnação libertadora vive mais autenticamente a estrutura pascal de toda experiência cristã.

Tudo isto permite identificar uma nova espiritualidade que está despontando, e que nasce das práticas religiosas em contato com o povo, com sua religiosidade e maneira de fazer a síntese entre vida e fé, e que, melhor elaborada e articulada, é devolvida para ser alimento que enriquece as práticas. Neste contexto faz-se mister reler toda a grande Tradição da VR em função das novas urgências, colhendo as críticas, aprofundando dimensões pouco exploradas e aproveitando de tudo aquilo que se mostrou válido e evangélico.

3.3 — Busca de uma Formação adequada à nova situação

Este constitui talvez o maior desafio neste processo de mudanças da VR nos últimos anos. Não se pode desconhecer que está surgindo um "novo modelo" de VR que coloca exigências muito sérias para a formação. A este propósito, a XIII Assembléia Geral da CRB de 1982 assim se pronunciava em suas conclusões:

"Que a CRB anime e promova a formação integral dos religiosos, adequando seus programas aos novos valores da VR, às exigências eclesiais e sociais do atual momento

histórico e sobretudo à opção preferencial pelos pobres. Neste sentido, procure favorecer:

— uma espiritualidade mais encarnada, de modo a integrar contemplação e ação;

— o aprofundamento do verdadeiro espírito missionário que busca atender aos sinais dos tempos;

— o fortalecimento do senso crítico que leva a uma adequada leitura da realidade e a uma ação transformadora;

— o crescimento na maturidade humano-espiritual, pessoal e comunitária;

— uma nova visão de autoridade e obediência na linha da corresponsabilidade, do discernimento e do serviço, em vista da missão;

— o aprimoramento contínuo e sempre mais profundo dos formadores" (58).

Como dissemos em relação com a nova espiritualidade, estamos apenas no início de uma longa caminhada que certamente abrirá para a VR perspectivas promissoras no futuro, apesar dos inevitáveis obstáculos e dificuldades do momento.

3.4 — Participação e Comunhão intra-eclesial

Pode-se destacar ainda como característica deste momento, a crescente comunhão entre a CNBB e a CRB, entre Bispos e Religiosos. Vimos que esta dimensão de comunhão intra-eclesial constituiu sempre uma preocupação de ambas as partes, e conheceu momentos positivos e mo-

mentos de impasse. Com a crise e sua superação, sobretudo a partir da segunda metade da década dos setenta, conseguiu-se, em termos jurídicos, uma fórmula de relacionamento que, sem fugir às orientações do decreto "Mutuae Relationes" é original do Brasil, e que se tem mostrado eficaz e construtiva de unidade, possibilitando, em termos de mútuo respeito e colaboração, um clima cordial, que viabiliza o diálogo, o entendimento e o apoio mútuos.

CONCLUSÃO

Acabamos de ver como a Vida Religiosa no Brasil, nos últimos 20 anos passou por um processo de transformações inédito na sua história, e de conseqüências ainda de todo não previsíveis para o futuro.

Vimos o papel relevante que nesta trajetória desempenhou a Conferência dos Religiosos do Brasil, como organismo articulador e dinamizador da Vida Religiosa no país.

Embora o processo se dê a diferentes ritmos, e passe por inevitáveis tensões, emerge cada vez mais uma figura de Vida Religiosa que é pensada e refletida pela atual teologia da VR, num esforço de articular o dado da experiência com o dado do pensar teológico.

Com a opção pelos pobres, e sobretudo, com a inserção nos meios

populares, a VR atingiu um marco relevante na sua evolução: — Como a própria Igreja, a VR passa a se compreender a partir da missão. Há um deslocamento do eixo central da Vida Religiosa, agora localizado fora dela mesma, no envio ao mundo, especialmente aos pobres, que leva a uma redefinição da própria identidade e das próprias práticas.

Lucidez crítica e inarredável fidelidade às suas raízes evangélicas e eclesiais são os dois eixos em torno aos quais gravita o ingente esforço de fazer frente aos desafios da caminhada.

Muita coisa se fez no decorrer destas últimas décadas. Muito caminho resta ainda a percorrer. O avançar neste processo poderá continuar acarretando para os Religiosos contradições, tensões, conflitos e a própria experiência martirial.

O Evangelho lido na ótica dos pobres confere à Vida Religiosa todo o elan que lhe corresponde como vocação carismática e profética na Igreja, como caminhada de radicalização da experiência cristã. Em tudo isto o Religioso experimenta e visibiliza aquela dimensão da radicalidade, de disponibilidade, de entrega incondicional ao Reino, que são a marca mais clara da sua vocação no meio do povo de Deus, a serviço deste mesmo povo.

NOTAS

(32) Cf. RCRB — XI (1965) 531.
(33) Cf. PALACIO CARLOS, Uma consciência histórica irreversível, em CRB, 10 anos de Teologia, CRB — 1982 —

59-83. (34) Cf. BRITO SEBASTIANA R. DE, Pesquisa sobre as pequenas Comunidades, em Convergência, IV (1971) — 94-101. (35) BRITO SEBASTIANA DE,

artigo citado, pág. 97. (36) COMBLIN JOSÉ, Significado das pequenas comunidades, em *Convergência* XXXIII — XXXIV — XXXV — (—especial) (1971) — 34 a 101. (37) CRB — A Vida Religiosa no Brasil hoje — 1968. (38) Cf. Texto proposto pela Diretoria Nacional da CRB para estudo, votação e aprovação na VIII Assembléia Geral — Julho de 1968 — Arquivos do INP-CNBB-15384. (39) Cf. *CONVERGÊNCIA* — II (1969) 14-15. (40) MARCELLO DE CARVALHO AZEVEDO, circular aos Srs. Cardeais, Arcebispos e Bispos 27/10/69 — Arquivo da CRB. (41) Cf. MARCELLO DE CARVALHO AZEVEDO, circular aos Srs. Cardeais, Arcebispos e Bispos, 27/10/69 — Arquivos da CRB. (42) Cf. Aspectos alarmantes da Vida Religiosa no Brasil, em *SEDOC* — II (1969-70) 1385-1418. (43) Cf. AZEVEDO MARCELLO DE CARVALHO, CRB, 25 anos, em *CRB, 10 anos de Teologia* — CRB/1982 — pág. 44 a 58. (44) AZEVEDO MARCELLO DE CARVALHO, o.c. pág. 54. (45) Cf. Relatório trienal da Diretoria nacional da CRB, em *SEDOC* 4 (1970/71/865). (46) AZEVEDO, Carta aos Srs. Bispos e Prelados, Sacerdotes e Párocos — credores da CRB — 18/01/72 — Arquivo da CNBB — 05243. (47) Cf. AZEVEDO MARCELLO DE CARVALHO, carta dos Srs. Cardeais, Arcebispos e Bispos de 18/12/70 — Arquivos da CRB — RJ. (48) Cf. Relatório das providências tomadas pela Diretoria Nacional, em cumprimento às deliberações da IX Assembléia Geral Ordinária, em ordem à superação extrajudicial da crise econômico-financeira

da CRB. Arquivos da CNBB — 15404. (49) AZEVEDO, MARCELLO DE CARVALHO, "CRB: 25 Anos", em "*CRB, 10 anos de Teologia*" — CRB/85 — pág. 55. (50) Cf. Relatório das providências tomadas pela Diretoria Nacional, em cumprimento à deliberações da IX Assembléia Geral Ordinária, em ordem à superação extrajudicial da crise econômico-financeira da CRB. Arquivos da CNBB-15404. (51) Cf. BOFF LEONARDO, "10 anos de Teologia na CRB", em "*CRB: 10 anos de Teologia*" — CRB/1982 — pág. 15 a 31. Toda esta parte referente aos acentos da reflexão teológica, que se segue, inspira-se no artigo citado. (52) BOFF LEONARDO, obra citada, pág. 30. (53) Cf. *CONVERGÊNCIA* — XII (1979) 621-640 e XVII (1982) 195-203. (54) PALACIO CARLOS, SJ. "Vida Religiosa inserida nos meios populares"; BOFF CLODOVIS: "Os pobres são nossos mestres", entre outros. (55) Cf. PALACIO CARLOS, "A Vida Religiosa inserida nos meios populares" — pág. 17. (56) Cf. FREITAS MARIA CARMELITA, O novo lugar social da VR no Brasil e a formação permanente, em *Formação para a VR hoje* — VÁRIOS AUTORES CRB, 1982. (57) Para toda esta parte, confronte-se: Cf. BOFF CLODOVIS. Os pobres são nossos mestres, em *Formação para a VR hoje*, CRB/82. O texto de F. Clodovis Boff, como ele explica na introdução, está baseado nos depoimentos de comunidades religiosas inseridas no meio do povo. (58) Cf. *CONVERGÊNCIA*, 16 (1983) pág. 630. □

Elementos construtores de comunidade

Ensino dos apóstolos, comunhão fraterna, fração do pão e a oração em comum. A comunidade não tem seu saber e seu existir de si mesma. Há uma força que a constitui. Há uma autoridade que a norteia. A existência serena e firme da comunidade se concretiza na fidelidade à Palavra. Leia à página 412: "A força profética das comunidades cristãs primitivas."

PESSOA E CULTURA MODERNA NA FORMAÇÃO PARA A VIDA RELIGIOSA HOJE

II — ALGUNS ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA CULTURA MODERNA CONTEMPORÂNEA

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ

Rio de Janeiro, RJ

O mundo em que hoje vivemos apresenta características marcadamente diversas do mundo em cujo contexto surgiu o maior número de nossos Institutos Religiosos. É verdade que as fases da história têm o seu tempo e são, por isso mesmo, transitórias. Por outro lado, há quase sempre na História que continua, um resíduo permanente das fases históricas que passam. Nosso mundo atual se assinala pela aceleração de transformações, nas suas expressões de ação e de comunicação. Paradoxalmente, porém, esta rápida mutação do fenomenológico decorre de certos postulados de fundo da cultura moderna. Estes se têm revelado mais duráveis e, ao que parece, menos reversíveis. Sua evolução se faz no sentido de uma certa continuidade de intuições e numa linha de coerência interna que vai sempre adiante, em profundidade e difusão.

Para melhor compreendermos estes elementos estruturais da cultu-

ra moderno-contemporânea, ajuda ter presente a caracterização da cultura não-moderna. Estas duas formas de cultura não se prendem necessariamente a períodos cronológico-históricos. Podem ademais conviver simultaneamente dentro do mesmo espaço sócio-geográfico.

A). Caracterização do não-moderno como cultura

01. A cultura não-moderna distingue-se por uma unidade orgânica, uma integração quase-sistêmica do todo sócio-cultural. Assim, as dimensões políticas, econômicas, normativas, técnico-instrumentais, de parentesco e propriedade, lúdicas e religiosa se articulam, de modo interdependente. Não raro, a dimensão religiosa atua como um catalizador e unificador dos demais, dando-lhes inteligibilidade e legitimação. (Assim é, por exemplo, no Irã do Aiatolá Komeini, como nas tribos ou sociedades de micro-escala na África, na Oceania, entre al-

guns indígenas da América Latina; assim, foi em boa parte do cristianismo medieval).

02. Segue-se daí uma concepção totalizante do grupo e das pessoas dentro do grupo. Os indivíduos se entendem a partir do grupo e em relação a ele, vivem em conformidade com o lugar e o papel que lhes é atribuído pelo grupo. Este exerce uma função supletiva em relação às opções e decisões do indivíduo. Tal suplência decorre da subordinação natural do indivíduo ao todo do grupo. — (É o que se verifica, p. ex., na situação original do sistema de castas na Índia, no "apartheid", da África do Sul, na oposição de escravos e livres, nas sociedades de vários tipos ao longo da história, na discriminação aberta ou velada das mulheres, dos negros, dos índios ou dos pobres, em várias sociedades de hoje).

03. Esta concepção e organização totalizante e a subordinação a ela das pessoas no grupo, em decorrência de sua posição no todo, configura e manifesta a **ordem**. Estabelece e define os planos e hierarquias no contexto dessa ordem e trata de mantê-la. A estabilidade e permanência dessa ordem são consideradas condições prévias de continuidade e funcionamento da sociedade. Pre-estabelecida, como um dado, ela se sente sempre ameaçada pela mudança, pela opção singular, pela perturbação da unidade orgânica. — (Daí a necessidade de constantemente explicar e justificar a racionalidade desta ordem, criando as estruturas de plausibilidade que permitem aos membros do grupo assimilar e assumir os paradigmas de

suas vidas, mantê-los e defendê-los, motivar-se para passá-los adiante às gerações que se seguem).

04. A viabilidade de tal permanência na ordem assim estabelecida pressupõe uma relativa homogeneidade e continuidade na cultura. Tomo cultura aqui como o conjunto de significações e sentidos, de valores e modos de ser e de fazer, de expressões sociais e simbólicas, que dão consistência à identidade e ao ethos cultural e tanto condicionam como explicam as opções e a vida do grupo e dos indivíduos neles. — (Daí, por exemplo, a rigorosa tutela dos membros do grupo, em relação às influências perturbadoras; daí, a censura e limitações na informação, como é o caso na quase totalidade do bloco comunista hoje; daí o controle do processo educativo ao nível familiar, escolar e dos meios de comunicação, especialmente da televisão).

05. Segue-se ainda como característica da cultura não-moderna — última que desejo mencionar —, uma concepção estática ou mesmo cíclica da História. **Cíclica**, como em determinadas civilizações apoiadas numa visão cósmica da história e da vida, com ênfase sobre elementos condicionantes e determinantes do Homem. **Estática**, enquanto a tônica retrospectiva dominante na abordagem da história, tende a concebê-la sobretudo como repetitiva ou de muito lenta evolução. Esta visão da história que privilegia e idealiza o passado, faz então do recurso à história um instrumento de garantia da ordem dada e o critério de controle da mudança. Faz-se irrelevante, pois, a ação do homem

sobre o presente e quase nula uma atitude prospectiva. Daí, uma percepção e vivência da história, como algo de imposto ao Homem e extrínseco a ele, com uma conotação de dominação inexorável. — (Assim se explica, por exemplo, muito do substrato imobilista ou fatalista de tantas culturas, a resignação de povos inteiros diante de Deus ou sua subserviência aos homens. Daí também o não admitir iniciativas que visam configurar ou transformar o mundo ou o próprio grupo. Típicos, por exemplo, neste contexto, são as ideologias da Segurança Nacional na América Latina e o controle lento e gradual da volta a uma situação de direito, em um processo ao arbítrio e critério dos que detêm o poder).

B). Elementos de caracterização do moderno-contemporâneo como cultura.

01. A cultura moderna se veio formando lentamente a partir do fim da Idade Média e se definiu e afirmou sempre mais pelas revoluções científica, industrial, tecnológica e informática; pelo Renascimento, Iluminismo, Liberalismo e Marxismo; pelas Revoluções Francesa, Americana e Soviética; pela Filosofia a partir de Descartes e pelas ciências naturais e sociais; pela ideologia econômica a partir da revolução monetária, comercial-mercantil, da tarda Idade Média até mais da metade do século 18, e de sua tematização teórica, de Mandeville a Marx, de Adam Smith a Milton Friedman; pelos sistemas sócio-políticos e econômicos de cunho capitalista ou socialista, em todas as suas versões, matizes e modelos de con-

cretização histórica, nos últimos dois séculos especialmente; pela expansão colonialista e pela pressão neo-colonialista, de cunho econômico ou político.

Ao longo de todo este processo, firmou-se a distinção e separação dos diversos domínios ou áreas do todo sócio-cultural (o econômico, o político, o normativo, o religioso, etc.), passando cada um a evoluir por sua conta. Geraram-se assim universos distintos, com diversas epistemologias e metodologias, vocabulários e discursos, códigos e símbolos específicos, rompendo a unidade cultural totalizante e orgânica do não-moderno. Daí a caracterização fragmentária e pluralista da cultura moderna; a autonomia do homem e das instituições da sociedade, em relação à componente religiosa. Ainda quando não tenha repudiado ou esvaziado o sagrado e sua valorização, tirou-lhe a hegemonia de legitimação ou de fonte de inteligibilidade. A isto se chama **secularização**. A formação e evolução da cultura moderna é toda ela um processo, praticamente irreversível, de secularização do Homem e das instituições sociais. — (Daí decorre a autonomia da pesquisa e do método científico com suas consequências, a modificação radical dos sistemas normativos e legislativos, a separação de Igreja e Estado).

42. Neste complexo cultural, o **indivíduo** encontra inteligibilidade em si mesmo e não a partir do grupo. No indivíduo reside a raiz da ação, da decisão, do direito. Em cada indivíduo, recapitula-se, de certo modo, a humanidade. Há uma rejeição progressiva das decisões supletivas do grupo e uma passagem

do dado ao escolhido, em plano individual, em relação a opções fundamentais da vida, tais como o estado civil, educação, vocação e profissão, mobilidade social e posição política, sindical e outras.

03. **Secularização e pluralismo**, de um lado, primado do **indivíduo**, por outro, rompem, por dentro, a ordem pre-estabelecida e estável do universo cultural não-moderno. Segue-se, como inerente à cultura moderna o caráter competitivo, conflitivo, crítico, instável, funcional, o ímpeto transformador e a marca do provisório. A ordem, pois, não mais pode ser dada ou imposta. Ela será construída, na superação possível dos conflitos, pelo consenso ou pelo compromisso, trazendo consigo a exigência de flexibilidade e a quase promessa ou certeza de instabilidade. — (Assim, todo o processo legislativo no Estado Moderno, as relações internas na sociedade de classes — partidos, sindicatos, empregadores e patrões, empregados e operários ou funcionários, relações de capital e trabalho; assim, a busca da paz na negociação internacional).

04. O caráter temporário dos papéis e das funções, o aspecto transitório das pessoas, nas constelações periódicas das hierarquias, a índole auto-propulsora de uma tecnologia intimamente vinculada à ciência, num processo de mútua realimentação, explicitam a **mudança** como elemento indissociável do processo moderno. Por outro lado, a fragmentação do universo cultural se espelha na multiplicidade e diversidade de sentidos e significações, de valores e modos de ser e de viver, de expressões sociais e simbóli-

cas. Esta pluralidade dilui, confunde ou compromete a identidade. Ela relativiza as certezas, torna imperativa a crítica e o discernimento, e imprescindível a hermenêutica e interpretação. Há, portanto, uma erosão instintiva da pretensão não-moderna de segurança e permanência. — (Daí a insistência no máximo de informação e a aversão ao segredo exacerbado; daí a normalidade da discussão e participação, o imperativo das avaliações, das revisões e das releituras, das críticas e auto-críticas. Daí a cautela nas afirmações e negações e a resistência ao dogmatismo; a relutância ou o cuidado frente ao anúncio de posições absolutas; a difícil aceitação de normas imutáveis, a perplexidade ou medo aos compromissos irreversíveis, ao perpétuo no tempo. Daí a compreensão face à diversa formação das consciências, o espírito de diálogo, a perspectiva ecumênica).

05. Finalmente, a este conjunto soma-se uma **concepção da História** que é linear e dinâmica e, portanto, nem cíclica, nem estática. História que se constroi e avança sempre, é teleológica e irreversível. A tradição judaica e a síntese cristã nos põem diante de um mundo que tem início no tempo e, no tempo, caminha historicamente para o seu "eschaton". Aqui, Deus e os homens são os atores. A tradição e as correntes ou concepções modernas da história, sobretudo a marxista, são de algum modo tributárias da inspiração judeo-cristã de uma história que caminha e não se repete. Mas em boa parte de tais concepções modernas, ainda quando entre si contrastantes, a utopia se confina ao imanente e intra-terreno e encerra o homem em

seus próprios limites, sublinhando muito embora fortemente o seu papel de construtor e protagonista da história. — (Daí, toda uma nova percepção do sentido do tempo, do crescimento possível, da organização e planificação necessária, da produtividade e eficiência. Daí a mensuração do tempo e sua valorização econômica. Isto muda por completo o comportamento dos homens como pessoas e como grupos. Isto afeta as dimensões gratuitas e contemplativas ou sapienciais da vida. Daí toda uma atenção à iniciativa e à criatividade, às forças de configuração da História, daí a relevância da praxis).

C). Cristianismo e Cultura moderna.

O Cristianismo, em sua versão institucional na Igreja, se estruturou e se organizou enquanto realidade humana, em termos não-modernos, a partir sobretudo do século IV. No entanto, o Cristianismo e a Igreja, como portadores da mensagem cristã, estão surpreendentemente à raiz da formação e da inspiração da cultura moderna e de muitas de suas intuições mais válidas. As concepções de liberdade, de igualdade, de fraternidade, de justiça, de paz, de universidade, de direitos humanos, do primado do homem, de solidariedade e partilha e tantas outras que marcaram os programas e as metas das sociedades e culturas modernas, têm no Evangelho um vigor potencial primigênio e maior, uma exigência mais radical de coerência do que o conseguiram obter na concepção e realização sonhadas ou logradas pelo homem moderno. A implantação concreta ou o desvio e

perversão de tais instituições modernas ao longo da história, encontraram a Igreja relutante, defensiva ou agressiva, ausente ou omissa por vezes. O reforço do paradigma não-moderno de institucionalização marca em boa parte a obra do Concílio de Trento. Este teve grande importância para o ulterior desenrolar-se da vida da Igreja. Concretamente aprofundou-se nos últimos quatro séculos o processo divergente da evolução de Igreja e de Mundo. Dificultou-se seriamente o relacionamento mútuo, tornando sempre mais inadequado o processo de evangelização do mundo moderno e contemporâneo.

Nos anos recentes de pre- e de pós-Concílio Vaticano II, uma aproximação de Igreja e Mundo se delineou em parte. Não só *Gaudium et Spes*, que o faz explicitamente, mas também intuições subjacentes a vários outros documentos conciliares ou pontifícios após o Concílio operam em base a pressupostos cristãos evangélicos, de fato assimilados pelo mundo e pela cultura modernos ou por eles postulados. Tais são, por exemplo, o ecumenismo, a liberdade religiosa, o papel dos leigos, a participação mais ampla nos processos de decisão e outros.

Esta aproximação de Igreja e Mundo, porém, não se pode fazer a olhos fechados e de maneira submissa por parte da Igreja. Pelo contrário, a Igreja tem condições de posicionar-se como uma instância crítica em relação à cultura moderna e às suas conseqüências sobre o mundo e a humanidade. Ela o deve fazer por dentro deste mesmo mundo, sem rejeitá-lo em bloco ou

por antecipação, sem mesmo absolutizar uma visão pessimista em relação a ele. A Igreja o tem feito, principalmente em relação aos impactos maiores da modernidade sobre o homem, tais como: a injustiça estrutural da organização sócio-político-econômica, que oprime, produz e reproduz a pobreza e a fome em larga escala na população mundial; a violência institucionalizada, seja pela criminalidade de grande porte, também em sua versão terrorista, seja pela arbitrariedade ou repressão incorporada aos sistemas normativos sem adequadas instâncias de controle e de apelo, seja, enfim, pela corrida armamentista, convencional ou nuclear, que gravemente compromete a paz; além desses campos, a Igreja enfrenta a erosão ética que confina o homem ao limite das coisas e o trata em consequência sobretudo biológica, tecnológica e economicamente.

Neste mundo, marcado pela cultura moderna, em suas áreas de origem ocidental, mas também de difusão impositiva ou indireta, a nível mundial, e nesta Igreja que nele vive e o deve evangelizar, a **educação da fé e a formação cristã das distintas vocações**, entre as quais a da **vida religiosa**, são um sério desafio.

Não vejo qualquer futuro em uma retomada unilateral do paradigma não-moderno e em uma regressão defensiva a modelos e estruturas históricas do passado. Elas foram bem sucedidas talvez em outros tempos, mas são não raro inadequadas e certamente anacrônicas para os nossos. Tampouco vejo sentido numa abertura ingênua e acrítica a uma indiferenciada modernização ou a

uma atualização apenas superficial de métodos, técnicas e processos. Vejo como a-histórica e, portanto, realisticamente insustentável, a pretensão de revoluções nas estruturas sociais — passagem, por exemplo, de sistemas ou modelos sócio-econômico-políticos capitalistas a sistemas socialistas e/ou comunistas — que escapem aos pressupostos culturais modernos acima indicados. Capitalismo como Socialismo, em suas versões teóricas, como em suas concretizações históricas de muitos matizes, são ambos fundamentalmente modernos, de um ponto de vista cultural.

Vejo certamente, como urgente e incontornável, uma **educação da fé e uma formação para a vida religiosa** que se alicerce na **formação e educação da liberdade** da pessoa, em sua capacitação crítica e lúcida para o **discernimento**, como atitude, método e processo imprescindível no caminhar constante e coerente neste mundo. Trata-se, de fato, de um mundo de transformações e de pressões decorrentes de sua própria estrutura interna; de um mundo de manipulações e conflitos, de pluralismo e ideologia, um mundo denso de realidade e potencial positivos, sob tantos aspectos, porém, imprevisível. Este mundo se fundamenta, como dissemos, numa cultura que secularizou o homem e as instituições, pluralizou critérios, sentidos e valores, tornou setoriais e, com frequência ideológicos, os conhecimentos e os processos de ação e de comunicação. Tudo isto, enfim, se fez em base a princípios e dinâmicas que, por um lado, se fazem sempre mais irreversíveis; por outro, seguem seu caminho em frente, sub-

acentes às evoluções do paradigma cultural moderno, qualquer que seja o nome que se dê às novas fases de tal evolução: pós-moderno, pós-industrial e outros.

Negá-lo é inútil e se faz ridículo. Rejeitá-lo liminarmente ou nele ver tão somente ou sobretudo o negativo, é esterilizante e se revela rapidamente como a-histórico e/ou anti-histórico. Viver nele, posicionar-se criticamente em relação a ele e proceder paciente e livremente dentro dele e com ele, a partir do que de bom, humano e divino existe nele, como em todas as demais culturas, é o único modo de evangelizá-lo, de construí-lo, de reorientá-lo e transformá-lo. Só por aí se pode dar-lhe sentido e apontar-lhe o rumo verdadeiro e definitivo de sua teleologia. Esta se reinsere na perspectiva de Deus, do Deus de Jesus Cristo. Deus transcendente e próximo, pessoal e relacional, generoso na criação e totalmente gratuito na Aliança, misterioso em criar livre o Homem e mais misterioso em seu respeito coerente à liberdade que criou e resgatou através de sua Páscoa.

D). Formação para a vida religiosa, fé cristã e cultura moderna.

Formar para a vida religiosa hoje não é repetir materialmente formas e procedimentos bem sucedidos no passado. Não é tampouco tomar posição negativa ou pessimista, defensiva ou agressiva, que nos leve a rejeitar em bloco o mundo concreto que aí está ou a dele distanciar-nos, numa perspectiva sectária e alienante. Não é finalmente definir critérios e fórmulas de ação e comunicação e

imobilizá-los no presente, em busca de segurança e garantia em nossa vida e missão.

Formar para a vida religiosa hoje é atingir o nível mais profundo da pessoa, o da educação, qualificação e amadurecimento de sua liberdade, em plano individual, como a nível de relações interpessoais, comunitárias e institucionais. É fazer com que a vida religiosa seja vivida em termos de resposta consciente, livre e coerente, ao dom da fé, fé relacional que se abre a Deus e à Sua ação; fé relacional que se abre também aos outros, irmãs e irmãos; fé que se articula com a vida, plasma e transforma a pessoa e o seu contexto sócio-cultural.

Formar para a vida religiosa hoje é tecer neste processo uma genuína liberdade interior. Ela se situará sem medo no mundo em que se vive e que se quer evangelizar. Esta liberdade esclarecida e alicerçada na fé torna viável a reta atuação da consciência crítica na análise e avaliação da realidade. Ela se faz condição e mediação de discernimento face a um mundo imprevisível, porque em mutação constante; mundo que exige sempre novas opções, decisões e posicionamentos adequados, para que possa ser evangelizado, por dentro mesmo e a partir de seu substrato real, sócio-cultural.

Formar para a vida religiosa hoje é ajudar a construir e crescer pessoas cristãmente livres, em plano individual e social, no contexto atual e prospectivo de Igreja e de Mundo. À luz do que foi dito na primeira e segunda partes, vamos aprofundar esses pontos na terceira parte. □

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1 de setembro de 1986

A melhor maneira de fazerem as pessoas voltarem a seus lugares e ficarem quietas é botar o trem em movimento. Quando o trem pára, as pessoas tendem a se levantar, a sair à plataforma e a falar mal da companhia de estrada de ferro. Mas observe o óbvio: para pôr o trem em marcha e prosseguir será preciso saber primeiro para onde se quer ir. **A questão do destino é o que, realmente, importa** tanto ao maquinista quanto aos passageiros. A boa ordem aparente ou a inexistência de confusão é preocupação superficial e, até, cética, com relação ao essencial.

O **trem** é a Comunidade, a Província, a Congregação. Os **passageiros** são os(as) seus/suas religiosos(as). O **maquinista**: o(a) superior(a). O **destino**: o SER religioso(a), o SER da Vida Religiosa, não as suplências que, eventualmente, possa concretizar.

Nas Comunidades, nas Províncias, nas Congregações, o destino da viagem precisa interessar primordialmente a todo(as) e a cada um(a) dos seus membros, sob pena de transformar sua Congregação — um corpo apostólico — numa empresa de mera prestação de serviços. Não pode ser responsabilidade exclusiva do maquinista a ratificação do destino e dos meios para atingi-lo, sobretudo quando se chega a **encruzilhadas, onde a sensibilidade a múltiplas influências cria nevoeiros** — um brejal de idéias — tão freqüentes em nossa época. De todos(as) e de cada um(a) se requerem disposição e coragem para encarar a realidade de frente. Cada qual é responsável pela missão comum e dela participa com a riqueza de seus dons e das características laical ou sacerdotal de sua vocação.

Por vezes, todavia, pensa-se em viver, como solução, uma síndrome de projeto-piloto e de delegação. Faz-se uma experiência, outra, outra mais. O que deu certo é descartado. Vai-se à próxima novidade. Quem prefere, entretanto, avanço seguro a aventuras sabe que a evolução parece provir da aceitação crítica daquilo que deu certo. **Nem sempre o novo o é pelas suas novidades** mas, às vezes, por mera inabilidade em despertar as virtualidades do antigo. Baseando-me na analogia mecânica do pêndulo, oscilando de um lado para outro do tempo, ousou afirmar que a otimização da prática presente se define, em síntese, como **suma do passado** — a desejada segurança — **e do futuro** — a indispensável audácia.

Nesta tarefa das Congregações e de suas Províncias e Comunidades de envolver a todos(as) no esforço infatigável de presença e ação pessoais para fixar-se no rumo da indispensável identidade e agir em consequência, a **Conferência dos Religiosos do Brasil é insubstituível ponto de referência**. Todos reconhecemos sua legitimidade enquanto inevitável caixa de ressonância de tudo o que afeta a Vida Religiosa no Brasil.

A leitura, mesmo parcial e seletiva, de seu **Relatório de Atividades**, 156 páginas, mostra como a CRB tem sido feliz em combinar, com talento e persistência, todas as pontas do **mosaico teórico que configura o perfil teológico da Vida Religiosa** em seu SER e em consolidar seus mecanismos institucionais. Com verdadeira liderança, a CRB, não presente, pensa na geração futura. Faz os seus planos, com as idéias, os sonhos e as utopias dos(as) Religiosos(as) que a constituem. Apresenta-se com atribuições de fomento, não de substituição, falando a língua que os(as) Religiosos(as) entendem e querem ouvir. Leia sempre **Convergência** e as **Publicações CRB**. Comprove minhas alegações.

Sempre ao seu inteiro dispor, com fraterna amizade, subscrevo-me,

atenciosamente



PE. MARCOS DE LIMA, SDB
Redator-Responsável
Convergência e Publicações CRB